

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JERÔNIMO JOSÉ DE OLIVEIRA

***A LOGICA MODERNORUM EM PEDRO HISPANO: um  
estudo das *Summulae Logicales* e dos *Syncategoreumata****

JOÃO PESSOA – PB  
2015

**JERÔNIMO JOSÉ DE OLIVEIRA**

**A LOGICA MODERNORUM EM PEDRO HISPANO: um  
estudo das *Summulae Logicales* e dos *Syncategoremata***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito final para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira.

JOÃO PESSOA – PB  
2015

O481 Oliveira, Jerônimo José de.  
A Lógica Modernorum em Pedro Hispano: um estudo das  
Summulae Logicales e dos Syncategoreumata / Jerônimo José  
de Oliveira.- João Pessoa, 2015.  
103f. : il.  
Orientador: Anderson D'Arc Ferreira  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA  
1. Hispano, Pedro, 1215-177 (Pedro Julião Rebolo, Papa  
João XXI) - crítica e interpretação. 2. Filosofia - crítica e  
interpretação. 3. Logica Modernorum. 3. Summulae Logicales.  
4. Syncategoreumata.

UFPB/BC

CDU: 1(043)

JERÔNIMO JOSÉ DE OLIVEIRA

**A LOGICA MODERNORUM EM PEDRO HISPANO: um  
estudo das *Summulae Logicales* e dos *Syncategoreumata***

Dissertação apresentada como requisito final à  
obtenção do título de Mestre em Filosofia, pela  
Universidade Federal da Paraíba, por uma comissão  
examinadora formada pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira – Orientador - UFPB

---

Prof. Dr. Bartolomeu Leite da Silva – Membro - UFPB

---

Prof. Dr. Francisco de Assis Vale Cavalcante Filho – Membro - UFPB

---

Prof. Dr. Danilo Vaz Curado Ribeiro de Menezes Costa – Membro - UNICAP

JOÃO PESSOA

2015

## **AGRADECIMENTOS**

Muitos amigos incentivaram a elaboração desse trabalho. A todos eles agradeço e peço desculpas pelas ausências neste longo período de quase isolamento, de que necessitei para estudo e reflexão pessoais, bem como para escrever a dissertação.

A alguns, pela presença em distintas fases da tessitura da minha formação acadêmica, devo agradecer nomeadamente.

Agradeço ao professor Giovanni da Silva de Queiroz, amigo presente, que me apresentou Pedro Hispano, numa aula de Teoria do Conhecimento, e compartilhou materiais e conhecimentos.

Ao professor Anderson D'Arc Ferreira, cujo trabalho de orientação, desde os primeiros semestres do curso de bacharelado em filosofia – em aulas, grupos de pesquisa, orientação de monografia, orientação no mestrado – deu lugar a uma valiosa amizade.

Aos professores Bartolomeu Leite da Silva, Francisco de Assis Vale Cavalcante Filho e Danilo Vaz Curado Ribeiro que aceitaram participar da banca examinadora da dissertação e deram importantes contribuições para melhoramentos do texto.

Ao amigo Allan Xavier e ao professor Paulo Ferreira, sem os quais eu não teria acessado textos fundamentais para o trabalho.

Aos companheiros Pedro, Makys e Wagner, que me ajudaram com traduções e leituras do texto.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

## RESUMO

Este trabalho aduz a contribuição de Pedro Hispano, nas suas obras *Summulae Logicales* e *Syncategoreumata*, ao desenvolvimento dos temas da *Logica Modernorum*, como as propriedades dos termos e os elementos sincategoremáticos. Considera-se, aqui, que as investigações acerca de tais propriedades são uma marca que diferencia a Lógica (Dialética) do século XIII daquela desenvolvida anteriormente. No século XIII, com todo o *Organon* de Aristóteles conhecido, o filósofo medieval ocupou-se da escrita de manuais para serem usados nas universidades, como os de Guilherme de Shyreswood, Lamberto de Auxerres e Pedro Hispano, nos quais se discorria tanto os temas de *logica vetus* e *logica nova*, bem como se desenvolviam reflexões modernas, não mais sobre os silogismos, mas agora sobre cada termo constituinte da proposição. Os termos de uma proposição são o sujeito e o predicado (o nome e o verbo), são as palavras que, mesmo se tomadas fora de um contexto proposicional têm significação, têm um sentido para quem estiver familiarizado com a linguagem empregada no discurso. As propriedades dos termos aduzidas por Pedro Hispano na *Summulae Logicales* são a significação (*significatio*), a suposição (*suppositio*) a relação (*relatio*), a ampliação (*ampliatio*), a apelação (*appellatio*), a restrição (*restrictio*) e a distribuição (*distributio*). Ocupamo-nos dessas propriedades no segundo capítulo deste trabalho. Antes, no primeira capítulo, discorremos sobre os seis tratados cujos temas pertencem à *logica antiquorum* e que oferecem uma propedêutica necessária ao estudo da lógica. Por fim, no terceiro capítulo, expomos a importância da obra *Syncategoreumata*, que fornece o estudo dos demais componentes das proposições e argumentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Logica modernorum*. Pedro Hispano. *Summulae Logicales*. *Syncategoreumata*.

## ABSTRACT

This dissertation presents the contribution of Peter of Spain, in his works *Summulae Logicales* and *Syncategoreumata*, for development of *Logica modernorum* themes, as the properties of terms and syncategorematic words. Here, it is considered that investigations about these proprieties are a feature that distinguishes the Logic (Dialectic) of XIII century from the previous one. In XIII century, with all *Organon* of Aristotle ever known, the medieval man wrote manuals to use in universities, for instance William of Sherwood, Lambert of Auxerre and Peter of Spain manuals, in which both subjects discoursed on *logica vetus* and *logica nova* matters, how they developed modern reflections about each term of proposition. The terms of a proposition are the subject and predicate (noun and verb), are the words that, even if taken out of context have propositional meaning, have a sense to anyone familiar with the language used in speech. The properties of terms adduced by Peter of Spain in *Summulae Logicales*, and presented in this study, are signification (*significatio*), supposition (*suppositio*), relation (*relatio*), ampliatio (*ampliatio*), appellation (*appellatio*), restriction (*restrictio*) and distribution (*distributio*). It is shown in the second chapter. Before, in first chapter, we discourse about the six treatises whose subjects belong to the *logica antiquorum* and introduce every studies by logic. Finally, in the third chapter, we explain the importance of *Syncategoreumata*, because this work of Peter of Spain contains the others constituent elements of propositions and arguments.

**KEY-WORDS:** *Logica modernorum*. Peter of Spain. *Summulae Logicales*. *Syncategoreumata*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro comparativo entre os tratados das <i>Summulae</i> e suas fontes .....	22
Figura 2 – Quadrado das oposições .....	28
Figura 3 – Árvore de Porfírio .....	31
Figura 4 – Quadro expositivo das 10 categorias e exemplos .....	35
Figura 5 – Esquema dos <i>loci</i> em Pedro Hispano .....	41
Figura 6 – Diagramas para o realismo e o nominalismo .....	57
Figura 7 – Esquema de classificação da <i>suppositio</i> .....	61
Figura 8 – Formalização da <i>Suppositio communis</i> para o cálculo de predicados .....	62

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. PROPEDÊUTICA À LOGICA MODERNORUM EM PEDRO HISPANO</b> .....	13
1.1 O <i>Organon</i> de Aristóteles e a periodização da história da lógica medieval.....	14
1.2 As <i>Summulae</i> do século XIII .....	17
1.3 Visão geral das <i>Summulae Logicales</i> de Pedro Hispano .....	20
1.4 Os tratados da <i>logica antiquorum</i> nas <i>Summulae Logicales</i> .....	22
1.4.1 <i>De Introductionibus</i> .....	23
1.4.2 <i>De predicabilibus</i> .....	28
1.4.3 <i>De predicamentis</i> .....	32
1.4.4 <i>De sillogismis</i> .....	36
1.4.5 <i>De locis</i> .....	40
1.4.6 <i>De fallaciis</i> .....	42
<b>2. AS PROPRIEDADES DOS TERMOS COMO CENTRO DA INVESTIGAÇÃO DA LOGICA MODERNORUM NAS SUMMULAE LOGICALES DE PEDRO HISPANO</b>	50
2.1 <i>Significatio</i> e <i>Suppositio</i> .....	52
2.1.2 Classificação da <i>Suppositio</i> .....	61
2.2 A <i>Appellatio</i> e os sentidos de “existência” .....	66
2.3 As propriedades decorrentes da <i>Suppositio</i> .....	67
2.3.1 <i>Relativum</i> .....	68
2.3.2 <i>Restrictio</i> e <i>Ampliatio</i> .....	70
2.3.3 <i>Distributio</i> .....	72
<b>3. O TRATADO SYNCATEGOREUMATA</b> .....	74
3.1 O significado das expressões sincategoremáticas.....	75
3.2 Análise de algumas expressões sincategoremáticas na obra <i>Syncategoremata</i> de Pedro Hispano.....	77
3.2.1 <i>Composição</i> .....	78
3.2.2 <i>Negação</i> .....	81
3.2.3 <i>Palavras exclusivas</i> .....	84
3.2.4 <i>Palavras que indicam exceção</i> .....	88
3.2.5 <i>Expressões consecutivas</i> .....	90

3.2.6 Os verbos ‘começar’ e ‘cessar’.....	92
3.2.7 As palavras ‘necessário’ e ‘contingente’.....	94
3.2.8 Conjunções .....	95
3.2.9 Elementos para a resposta na ‘disputatio’.....	96
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

Pedro Hispano (*Petrus Hispanus*) é identificado com o português Pedro Julião, o Papa João XXI, que foi pontífice entre 20 de setembro de 1276 e 20 de maio de 1277

a quem está atribuída uma extensa obra escrita de lógica, filosofia, medicina, zoobiologia, mística e alquimia, com uma também movimentada carreira acadêmica que teria passado pelo menos pelo ensino em Paris, no norte de Espanha, em Toulouse, em Lisboa, em Siena, antes de entrar ao serviço da cúria pontifícia (MEIRINHOS, 2009, p. 455).

As pesquisas biográficas feitas sobre Pedro Hispano, como ocorre geralmente com os autores medievais, recorrem a fontes indiretas, inúmeros documentos que citam o autor e o relacionam a determinadas obras, como a menção de Dante Alighieri, na *Divina Comédia*, que põe Pedro Hispano no paraíso por causa dos seus “doze livros”. Estes são os doze tratados chamados *Summulae Logicales*<sup>1</sup>.

As *Summulae Logicales* foram escritas provavelmente por volta de 1230, conforme os dados biográficos de Pedro Hispano apresentados por De Rijk, ou “por volta de 1246 ou pouco depois” (SARANYANA, 2006, p. 347). Kneale (1968, p. 236) considera que o *Tractatus* não foi o primeiro manual de Lógica publicado depois da *ars nova*, sendo este lugar das *Introductiones in Logicam* de Guilherme de Shyreswood. Deve-se considerar, contudo, que essas obras não são as únicas do gênero no século XIII, pois, com o advento das universidades “iniciou-se o hábito de

---

<sup>1</sup> “Ugo da San Vittore è qui con elli e Pietro Mangiadore e Pietro Spano, lo qual giú luce in dodici libelli” (Alighieri, 1998, 90).

se escrever sùmulas, ou pequenos tratados, para serem usados pelos estudantes” (FREITAS, 2002, p. 50).

A outra obra de lùgica atribuída a Pedro Hispano sãõ os *Syncategoreumata*, que recebeu uma ediçãõ crítica de L. M. de Rijk, que defende veementemente a autoria da obra pelo papa Joãõ XXI, confirmada nos vãrios manuscritos usados para sua traduçãõ, como os da Biblioteca de Nápoles e do Vaticano.

Neste trabalho, percorremos essas duas obras constituintes da *logica modernorum*. Conforme Morujãõ (2006, p. 302): “o períoado da *logica modernorum*, a partir do sèculo XIII, [...] se ocupa da anãlise semãntica da lùgica Aristotèlica (ou seja, das chamadas *proprietates terminorum*), da definiçãõ do objeto da lùgica e da relaçãõ entre a lùgica e a ontologia”. Esses elementos sãõ amplamente aduzidos por Pedro Hispano em seus tratados e, mesmo hodiernamente, nãõ perderam sua vigênciã enquanto problemas filosóficos.

Reflexões acerca da ligaçãõ entre mundo e linguagem, por exemplo, perpassaram o pensamento ocidental, alcançaram nossos dias, e, antes, foram exaustivamente debatidas no medievo, que se ocupou proficuamente das questões concernentes ao conteúdo da linguagem e desenvolveu, no sèculo XIII, as teorias das propriedades dos termos. Contudo, parece-nos que os estudos em filosofia medieval dãõ importãncia, principalmente, à teoria dos universais, representando-a por Pedro Abelardo no sèculo XII e às conclusões nominalistas de Guilherme de Ockham, expoente do sèculo XIV. As reflexões de pensadores como Pedro Hispano ficam, entãõ, como uma lacuna para a compreensãõ do paulatino deslocamento das questões ontológicas para as lùgicas. E, dada essa lacuna, cremos contribuir com nossa pesquisa para um melhor entendimento desses problemas lógico-semãnticos pensados ao longo da histùria da filosofia, desde Parmênides, no fragmento 6 do

seu poema, e que, com o advento da filosofia da linguagem e desenvolvimentos da lógica contemporânea ganharam força em pensadores como Wittgenstein, Frege, Russell, Quine e Peirce, por exemplo.

Posto ser uma questão central para a história da filosofia e ter sido amplamente refletida na chamada *logica modernorum*, julgamos haver ainda inúmeros aspectos da “lógica dos modernos” a serem esclarecidos e, por isso, enaltecemos a importância de autores como Pedro Hispano. Intentamos, pois, analisar seus tratados – *Summulae Logicales* e *Syncategoremata* –, para explicitar suas contribuições para a reflexão dos temas constituintes da *logica modernorum*, a partir das definições comentadas na obra e de uma apresentação dos termos, das propriedades dos termos e das expressões sincategoremáticas que compõem uma oração.

Para constituir, assim, uma exposição linear, organizamos o trabalho em três capítulos, que mesclam comentários e traduções instrumentais dos textos de Pedro Hispano (deixando o original em rodapé para que o leitor possa observar a terminologia do autor), tentando explicitar a *logica modernorum* nas obras lógicas de Pedro Hispano. Em primeiro lugar trazemos os elementos da *logica antiquorum* que estão em seis tratados das *Summulae Logicales*, pois alguns conceitos prévios são necessários; em seguida, ocupamo-nos dos temas das *proprietaes terminorum*; por fim, abordamos os *Syncategoremata*, que completam a *logica modernorum*.

# 1. PROPEDEÚTICA À *LOGICA MODERNORUM* EM PEDRO HISPANO

Nesse capítulo discorreremos sobre alguns temas gerais que são a base para o desenvolvimento dos problemas da *logica modernorum*. Procuramos apresentar os períodos da lógica medieval de acordo com o *corpus* lógico de cada período, tendo por base as entradas de Aristóteles no medievo. Isso porque, como observa De Rijk (1962, p. 15):

Sob a influência da concepção medieval de autoridade, os estudos medievais continuaram, de fato, a considerar Aristóteles o lógico preeminente, cuja teoria é virtualmente completa, mas, ao mesmo tempo, estavam plenamente conscientes dos novos rumos da *logica modernorum*<sup>2</sup>.

Do século XIII, com o advento das universidades, atentamos para a elaboração de *Summulae* como as de Pedro Hispano e apresentamos brevemente algumas considerações acerca das hipóteses da influência dos tratados de Lamberto de Auxerre e Guilherme de Shyreswood, que também são compêndios de lógica, sobre a obra de Pedro Hispano. Por fim, descrevemos as *Summulae Logicales* e aduzimos alguns elementos dos seus seis tratados concernentes à *logica antiquorum*.

Para efetivarmos nossa trajetória o presente capítulo será dividido em quatro seções. A primeira tratará das entradas dos textos aristotélicos no medievo; a segunda descreverá o que são as *Summulae* e sua importância dentro da lógica

---

<sup>2</sup> Under the influence of the mediaeval conception of authority, the mediaeval scholars continued, indeed, to consider Aristotle the pre-eminent logician, whose theory is virtually complete, but, at the same time, they were fully aware of the new departures of *logica modernorum*.

medieval; a terceira apresentará, de forma propedêutica, as *Summulae* de Hispano; por fim, na quarta seção, descreveremos os tratados da *logica antiquorum* nas *Summulae Logicales* analisando seis itens, a saber: ‘*de introductionibus*’, ‘*de predicabilibus*’, ‘*de predicamentis*’, ‘*de sillogismis*’, ‘*de locis*’ e ‘*de fallacis*’. Com isso esperamos estabelecer todo o contexto necessário para compreendermos não somente o esteio no qual nosso autor se situa, mas, também, a tradição por ele trabalhada.

### **1.1 O *Organon* de Aristóteles e a periodização da história da lógica medieval**

À medida que os livros do *Organon* de Aristóteles vão sendo conhecidos pelo mundo medieval, as reflexões acerca da lógica e, mais propriamente, da linguagem, desenvolvem-se, atentando para novos temas e problemas. A partir disso é comum caracterizar três períodos distintos da história da lógica medieval, a saber: *logica vetus*, *logica nova* – as duas juntas chamadas *logica antiquorum* – e *logica modernorum*.

O período da *logica vetus* possui as *Categorias* e o *De Interpretatione*, de Aristóteles, mas também se ocupa de comentários à *Isagoge* de Porfírio. No século XII, em que se desenvolve a *logica nova*, os demais livros do *Organon* passam a ser conhecidos, principalmente pelas traduções de Boécio. Sobre isso, esclarece De Boni (2010, p. 29):

A afirmação de que a Idade Média foi buscar Aristóteles, quando dele precisou, deixa-se comprovar, caso se examine o que aconteceu com os textos de lógica. Sabe-se que Boécio, entre os anos de 510 e 520, ocupou-se com a tradução deles. Pois bem, o que se conservou, durante mais de 600 anos, foi apenas o que se encontrava na *Logica Vetus*, isto é, as *Categorias* e o *Sobre a interpretação*. No entanto, ao se desenvolverem as escolas, no século XII, encontraram-se novamente, não se sabe onde, as traduções dos *Primeiros Analíticos*, dos *Tópicos* e dos *Elencos Sofísticos*. Ficando faltando apenas os *Analíticos Posteriores*, que Tiago de Veneza voltou a traduzir por volta de 1140.

Também reconstruindo a história das traduções da obra lógica aristotélica que chegaram ao medievo, Kneale (1968, p. 193) diz que as traduções latinas de Boécio das *Categorias* e do *De Interpretatione* foram os únicos textos de Aristóteles ao alcance dos filósofos medievais e, em seguida, circularam suas traduções dos *Primeiros Analíticos*, dos *Tópicos* e dos *De Sophisticis Elenchis*.

Acrescenta Delgado (1975, p. 46), especificamente sobre a *logica vetus*:

A primeira grande base para o desenvolvimento da lógica escolástica consiste na chamada *logica vetus*, composto principalmente por esta trilogia: *Isagoge* de Porfírio, *Categorias* e *De Interpretatione* de Aristóteles, nas traduções de Boécio. Além disso, por *logica vetus* também se entende os *Comentários* de Boécio à *Isagoge*, ao *De Interpretatione*, aos *Topica* de Cícero e os tratados boecianos, de relativa originalidade, *Introductio ad sillogismos categoricos*, *De sillogismis hypotheticis*, *De differentiis topicis*, *De divisionibus*, *De definitione*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> La primera gran base para la elaboración de la lógica escolástica está constituida por la llamada *logica vetus*, integrada fundamentalmente por esta trilogía: *Isagoge* de Porfirio, *Categorías* y *De Interpretatione* de Aristóteles, asequibles en la traducción de Boecio. Además de eso, por *logica vetus* se entiende también los *Comentarios* de Boecio a la *Isagoge*, al *De Interpretatione*, a los *Topica* de Cicerón y los tratados boecianos, de relativa originalidad, *Introductio ad sillogismos categoricos*, *De sillogismis hypotheticis*, *De differentiis topicis*, *De divisionibus*, *De definitione*.

A partir das obras que marcam as investigações lógicas no medievo até o início do século XII, Delgado (1975) apresenta uma síntese das características da *logica vetus*. Esta tem por conteúdo os elementos metafísicos e lógicos das *Categorias* de Aristóteles e neoplatônicos da *Isagoge* de Porfírio; tem também elementos da doutrina megárico-estoica da implicação, do silogismo hipotético de Teofrasto, dos desenvolvimentos da lógica proposicional empreendidos por Boécio e considerações gramaticais; envolve questões de gramática e retórica, já que com elas forma o *trivium*; e, além disso, passa a ser aplicada como fundamental para as outras ciências.

Conforme Gabbay e Woods (2008, p. 283), “por volta de 1120 os *Primeiros analíticos, Tópicos e Refutações Sofísticas*, nas traduções de Boécio, tornaram-se disponíveis. Posteriormente, no século XII, os *Segundos Analíticos* foram traduzidos e adicionados ao grupo dos trabalhos chamados *logica nova* (ou *ars nova*)”<sup>4</sup>. Dessas obras, os historiadores da lógica ressaltam a importância que os medievais deram às *Refutações Sofísticas*, isso porque, escreve Morujão (2006, p. 301), “os diversos sistemas de lógica desta época tentarão mostrar a sua força na capacidade em resolver paradoxos”.

Finalmente, o terceiro momento da história da lógica medieval é o da *logica modernorum*, que, dentre outros aspectos sobre os quais discorreremos nesse trabalho, investiga as propriedades dos termos e os elementos sincategoremáticos, ainda sob forte influência dos *Refutações Sofísticas*, já que também intentam evitar sofismas e falácias.

Pinborg (1984, p. 20) aduz resumidamente essas características da lógica medieval como segue:

---

<sup>4</sup> “around the 1120’s the *Prior Analytics*, *Topics*, and *Sophistici Elenchi* in Boethius’ translations became readily available. Later in the twelfth century the *Posterior Analytics* was translated and added to the group of works called the *logica nova* (or *ars nova*)”.

Na perspectiva cronológica, então, temos que lidar com três conceitos: *logica vetus*, *logica nova* e *logica moderna*, que correspondem, em certa medida, a três 'fases' diferentes da lógica medieval. A *logica vetus* é a interpretação da antiguidade tardia da lógica aristotélica, transmitida por comentários neoplatônicos e enriquecida com investigações pós-aristotélicas, especialmente estóicas. A *logica nova* é a teoria aristotélica 'pura' dos silogismos e a doutrina geral do método. A *logica moderna*, por sua vez, é uma criação original da Idade Média<sup>5</sup>.

Todos esses conteúdos da lógica medieval foram reunidos em sumas, como as *Summulae Logicales*, de Pedro Hispano.

Dentro do que nos propusemos nesse capítulo, uma vez entendido o percurso de entrada das obras aristotélicas no medievo, faz-se necessário entender o papel das *Summulae* no século XIII. Deteremo-nos a esse aspecto na próxima seção.

## 1.2 As *Summulae* do século XIII

Juntamente com as traduções de Aristóteles para o Latim, bem como de seus comentadores árabes, sentiu-se a necessidade da elaboração de *Tractatus* ou *Summulae* que explicassem sistematicamente esses novos materiais. Segundo Libera (1990, p. 33):

---

<sup>5</sup> In prospettiva cronologica, abbiamo dunque a che fare con tre concetti: *logica vetus*, *logica nova* e *logica moderna*, che corrispondono in certa misura a tre diversi 'strati' della logica medievale. La *logica vetus* è l'interpretazione tardoantica della logica aristotelica, trasmessa dai commentatori neoplatonici e arricchita dalle indagini postaristoteliche, soprattutto stoiche. La *logica nova* è la teoria aristotelica 'pura' dei sillogismi e la dottrina generale del metodo. La *logica moderna* è invece una creazione originale del Medioevo.

As pequenas sumas de lógica do século XIII são herdeiras dos manuais de dialética do século XII [...].

Com notável exceção das *Summulae dialectices* de Bacon, o plano das sumas não corresponde à organização atingida pelo *corpus* aristotélico nos anos 1230-1250; além disso, essas pequenas sumas integram tratados *sui generis* que não existem na obra de Aristóteles e deixam de lado vários elementos aristotélicos, principalmente os *Analíticos*. Essa distorção entre o *corpus* e a organização da lógica como ciência aparece claramente no plano do *Tractatus* de Pedro de Espanha [...].

De Rijk (1972, p. LXVII) observa que:

Os manuais de Pedro Hispano, Guilherme de Sherwood e Lamberto de Auxerres são comumente tomados juntos pelos modernos historiadores da lógica. Todos os três são, de fato, frutos de aulas de lógica no século XIII e não pode ser considerado outro, além dos três, como exemplo de tratados similares compilados naqueles dias<sup>6</sup>.

De fato há aproximação entre essas duas obras, contudo os temas e composição semelhantes das obras desses três sumulistas não implicam uma influência direta de um sobre os outros.

Primeiramente quanto a Guilherme de Shyreswood, Kneale (1968, p. 236) faz notar que é dele um dos manuais de lógica mais antigos, as *Introductiones in Logicam* ou *Summulae*, escrito provavelmente em Paris na primeira metade do século XIII. Nessa obra também aparecem pela primeira vez os versos mnemônicos para a aprendizagem dos silogismos válidos. Como eles praticamente não diferem dos copiados por Pedro Hispano, os apresentaremos apenas na exposição do

---

<sup>6</sup> The manuals of Peter of Spain, William of Sherwood and Lambert of Auxerre are commonly taken together by modern historians of logic. All the three are, indeed, fruits of the logical teaching in the thirteenth century and cannot be regarded other than as three samples of similar tracts compiled in those days.

tratado *De sillogismis* que fazemos adiante. Além desses versos, há os que, segundo Kneale (1968, p. 237) indicam “as relações entre os quantificadores *omnis*, *quidam* e *nullus* e as maneiras como podem ser combinados com *non*”. São os seguintes:

*Aequivalent omnis, nullus-non, non-aliquis-non.*  
*Nullus, non-aliquis, ominis-non aequiparantur*  
*Quidam, non-nullus, non omnis-non sociantur*  
*Quidam-non, non-nullus-non, non-omnis adhaerent.*

Há semelhanças entre os compêndios de Guilherme de Shyreswood e de Pedro Hispano, entretanto De Rijk (1972) argumenta contra a visão de Norman Kretzmann (1966), para quem Pedro Hispano foi diretamente influenciado por Guilherme de Shyreswood na composição das suas *Summulae Logicales*. Após a exposição de uma série de diferenças entre seus compêndios, De Rijk (1972, p. LXXXIX) conclui:

Todas essas diferenças – as doutrinárias e as concernentes a composição e organização dos volumes – são algumas evidências que excluem todas as dúvidas concernentes à independência mútua dos tratados. As numerosas similaridades devem ser explicadas como um resultado natural das posições dos autores frente à tradição lógica comum dos séculos XII e XIII<sup>7</sup>.

Também há estudos que apontam a relação entre o compêndio de Lamberto de Auxerre, chamado *Summa Lamberti*, e o *Tractatus* de Pedro Hispano, mas De Rijk defende a hipótese de que os respectivos autores não sofreram influência um

---

<sup>7</sup> All these differences – the doctrinal ones and those concerning the composition and organisation of the contents – are so evident as to preclude all serious doubts concerning mutual independence. The certainly numerous similarities should be explained as the natural result of both authors’ standing in the common tradition of twelfth and thirteenth century logic.

do outro. As evidências que ele encontra para isso são: (1) a marcante diferença quanto à subdivisão da *suppositio*; (2) o fato de um termo singular poder ter *appellatio* em Pedro Hispano, ao contrário do que ocorre em Lamberto; (3) e a organização dos livros no conjunto dos tratados.

Entendido o contexto geral das *summulae* no século XIII cabe-nos, diante do percurso proposto para esse capítulo de nossa dissertação, analisarmos, de forma geral, o que foi desenvolvido por nosso autor ao elaborar suas *Summulae*. Esse será o guia de nossa próxima seção.

### 1.3 Visão geral das *Summulae Logicales* de Pedro Hispano

As *Summulae Logicales* são um compêndio de “doze tratados, seis acerca dos temas de Aristóteles (proposições, predicáveis, categorias, silogismos, tópicos e falácias) e seis acerca de temas especificamente medievais (suposição, relativos, ampliação, apelação, restrição e distribuição)” (KNEALE, 1968, p. 240). De Rijk aduz que essa obra era referenciada no século XIII, geralmente, pelo nome *Tractatus*, mas muitos dos manuscritos não tinham qualquer título. No século XV torna-se frequente o título *Summulae* e somente a partir do século XVI o título *Summulae Logicales* passa a ser mais usado.

De acordo com De Rijk (1972, p. XLVI), “a ordem dos tratados, nas cópias ou comentários das obras de Pedro Hispano, nem sempre é a mesma”<sup>8</sup>. Em suas

---

<sup>8</sup> “the order of the tracts as it occurs in copies of Peter’s work or commentaries upon it is not always the same”.

pesquisas, ele constatou que a maioria das edições impressas reunia os textos concernentes à *logica antiquorum* nos tratados I-VI, de modo que o sexto tratado era o *De Fallaciis*, e os de *logica modernorum* estavam dispostos na segunda parte das *Summulae*, tratados VII-XII. Contudo, De Rijk vê uma boa razão para a ordem das *Summulae* ser a seguinte, encontrada no manuscrito Avignon 311: I- *De Introductionibus*; II- *De Predicabilibus*; III- *De Predicamentis*; IV- *De Sillogismis*; V- *De Locis*; VI- *De Suppositionibus*; VII- *De Fallaciis*; VIII- *De Relativis*; IX- *De Ampliationibus*; X- *De Appellationibus*; XI- *De Restrictionibus*; XII- *De Distributionibus*. Isso porque, nesta ordem, o tratado sobre as falácias é o sétimo, ficando separado do grupo da *logica antiquorum*, mas devidamente posto antes dos livros que também estão direcionados para a solução de questões sofísticas.

Fica evidente que as *Summulae Logicales* abrangem desde os temas da *logica antiquorum* à reflexão da *logica modernorum*. Essa abrangência de conteúdo, unida à linguagem bastante clara e à organização didática do texto, certamente justifica sua difusão e notável utilização como o principal manual de Lógica até o século XVI, já que o *Tractatus*, como escreve Kneale (1968, p.239), “veio a ser aceite como o manual padrão durante todo o fim da Idade Média e ainda estava em uso no princípio do século XVII, tendo já nessa altura 166 edições impressas”.

Entendidos esses elementos torna-se necessário entendermos quais são os temas tratados nas *Summulae* que são herança direta dos tratados da *logica antiquorum*. Esse será o escopo de nossa próxima seção.

#### 1.4 Os tratados da *logica antiquorum* nas *Summulae Logicales*

Observemos, primeiramente, os seis tratados das *Summulae Logicales* referentes à *logica antiquorum*, já que noções como as de termo, nome, verbo, proposição, argumento, silogismo, falácia e outros temas aristotélicos de que os medievais se ocuparam são fundamentais para adentrarmos na *logica modernorum*. Eles não são, obviamente, uma criação autoral de Pedro Hispano, mas fazem cópias e comentários de outros textos já conhecidos no medievo.

O quadro a seguir mostra a relação entre cada um desses tratados das *Summulae* e suas fontes, segundo De Rijk (1972):

**Figura 1 – Quadro comparativo entre os tratados das *Summulae* e suas fontes**

<b>Summulae Logicales de Pedro Hispano</b>	<b>Fonte</b>
<i>I – De introductionibus</i>	<i>De syllogismo categorico I</i> de Boécio, assim, indiretamente, o <i>De interpretatione</i> .
<i>II – De predicabilibus</i>	<i>Isagoge</i> de Porfírio a partir de Boécio e de outros tratados dos séculos XII e XIII.
<i>III – De predicamentis</i>	<i>Categorias</i> de Aristóteles por meio do comentário <i>In Categorias Aristotelis</i> de Boécio.
<i>IV – De sillogismis</i>	<i>De Syllogismo Categorico II</i> de Boécio; indiretamente dos <i>Primeiros Analíticos</i>
<i>V – De locis</i>	<i>De topicis differentiis I e II</i> de Boécio e dos <i>Tópicos</i> de Aristóteles
<i>VII – De fallaciis</i>	De Rijk julga não ser fácil atribuir uma fonte segura para esse tratado, mas relata a existência de manuscritos de duas obras que o constituem, <i>Fallacie maiores</i> e, adicionado posteriormente, <i>Fallacie minores</i> .

Fonte: elaborado a partir de De Rijk (1972).

Esses livros são brevemente expostos a seguir, não integralmente, mas apenas considerando alguns temas gerais que constituem a Lógica nas *Summulae Logicales* e que são a base para as reflexões da *logica modernorum*. Seguiremos cada subseção conforme a sequência dos livros estabelecida pelo quadro acima.

#### 1.4.1 *De introductionibus*

O primeiro tratado das *Summulae Logicales* apresenta os conceitos basilares para o estudo de lógica na universidade do medievo. De acordo com De Rijk (1972), era usual um livro de questões introdutórias nos compêndios da época.

A questão inicial que devemos considerar se refere ao tratamento de lógica como dialética por Pedro Hispano. Esta é, segundo Meirinhos (2002, p.335), “uma arte propedêutica à aquisição das ciências e orientada para a disputa”. Sobre a noção de dialética, escreve Pedro Hispano:

A dialética é a arte que tem a via e os princípios de todos os métodos. E por isso, na aquisição das ciências, a dialética deve ser a primeira.

Diz-se ‘dialética’ de ‘dia’, que é *dois*, e ‘logos’ que é *discurso*, ou de ‘lexis’ que é *razão*, quase indicando *discurso* ou *raciocínio de dois*. Convém saber, oponente e respondente disputando<sup>9</sup>.

É claro que a etimologia da palavra dialética na passagem acima é, à primeira vista, um erro, já que a preposição *διὰ* não significa “dois”, mas, grosso modo, “através de”, “de uma extremidade à outra”, ou seja, não é dois, mas implica certa

---

<sup>9</sup> “*Dialectica est ars ad omnium methodorum principia viam habens. Et ideo in acquisitione scientiarum dialectica debet esse prior. Dicitur autem ‘dialectica’ a ‘dia’, quod est duo, et ‘logos’, quod est sermo, vel a ‘lexis’, quod est ratio, quasi duorum sermo vel ratio, scilicet opponentis et respondentis disputando*” (SL, I, 1).

dualidade. Contudo, se pensarmos na *disputatio*, é possível supor a intenção de Pedro Hispano em aproximar “dialética” a “dois discursos” entre oponentes numa disputa. Sobre isso, esclarece Meirinhos (2002, p. 336): “enquanto ciência da linguagem a aprendizagem e o domínio da dialética deve ser anterior à aquisição ou estudo das ciências. Para Pedro, como o ilustra a fantasiosa etimologia, a *dialectica* é justificada como arte da disputa, o fulcral exercício escolar no ensino medieval”. É justamente para aquisição dessa arte que seus elementos constitutivos devem ser aprendidos. Ponzio in Ispano (2004, p. 599), remetendo a Aristóteles, acrescenta:

O significado aristotélico de ‘dialética’, como a arte do discurso, que utiliza premissas apenas prováveis, sendo a dialética relacionada ao diálogo, coexiste em Pedro Hispano – e se pode encontrar nos estoicos e através da tradição patrística e, a partir da obra de Boécio, perdura em toda a Idade Média – sendo ‘dialética’ a lógica geral, distinta da retórica, e que é a via para alcançar os princípios de todos os métodos, portanto a ciência que deve ser adquirida primeiramente<sup>10</sup>.

Após Pedro Hispano definir “dialética” justifica a necessidade de esclarecer todos os seus elementos constitutivos, dizendo: “mas porque não pode haver a *disputatio* senão mediante o discurso, nem discurso senão mediante voz, e toda voz é som, – vou começar do som como *a priori*”<sup>11</sup>.

As definições presentes no *De Introductionibus*, que servem diretamente para nossa compreensão da *logica modernorum*, são as seguintes:

<sup>10</sup> Il significato aristotelico di ‘*dialettica*’, come arte della discussione, che si avvale di premesse soltanto probabili, e per il quale la dialettica è posta in rapporto con il dialogo, coesiste in Pietro Ispano con quello – che si può fare risalire agli stoici e che attraverso la tradizione della patrística e l’opera di Boezio dura per tutto il Medioevo – di ‘*diallettica*’ come logica generale, distinta dalla retorica, e che quindi è la via per giungere ai principi di tutti i metodi e perciò la scienza che deve essere acquisita per prima.

<sup>11</sup> “*Sed quia disputatio non potest haberi nisi mediante sermone, nec sermo nisi mediante voce, omnis autem vox est sonus, - ideo a sono tamquam a priori inchoandum est*” (SL, I, 1).

- **Som:** tudo aquilo que propriamente é percebido pelo ouvido<sup>12</sup>.
- **Voz:** som produzido pela boca de um animal, formado com instrumentos naturais (lábios, dentes, língua, palato, garganta e pulmão)<sup>13</sup>. Mais adiante, a definição de “termo” partirá da definição de “voz”. A relação entre “termo” e “voz” se torna bastante clara se considerarmos as traduções latinas do nominativo plural de φωνή, conforme nota Santos in Porfírio (2002, p. 27): “O termo *phonaí*, traduzido ao latim por *voces* (sons vocais) deu lugar progressivamente a outros termos: *sermo*, *nomen* (em Abelardo), *terminus* (com a lógica “terminista” do século XIII) e *terminus vocalis* (com os nominalistas do século XIV) [...]”.
- **Voz significativa:** é aquela que ao ouvido representa algo, como ‘*homem*’ ou o gemido dos enfermos<sup>14</sup> (em oposição à voz não significativa).
- **Voz significativa por natureza:** é aquela que para todos representa o mesmo, como o gemido dos enfermos, o ladrar dos cães<sup>15</sup>.
- **Voz significativa *ad placitum*:** é aquela que, conforme a vontade de quem estabelece (ou, simplesmente, por convenção), representa algo, como ‘*homem*’<sup>16</sup>. E aqui merece ênfase o caráter convencional da linguagem em Pedro Hispano como em Aristóteles no *De Interpretatione*.
- **Nome:** voz significativa *ad placitum* sem tempo, de que nenhuma parte significa separadamente, definida e reta<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> “*Sonus igitur est quicquid auditu proprie percipitur*”(SL, I, 2).

<sup>13</sup> “*Vox est sonus ab ore animalis prolatus, naturalibus instrumentis formatus*” (SL, I, 2).

<sup>14</sup> “*Vox significativa est illa que auditui aliquid representat, ut ‘homo’, vel gemitus infirmorum*” (SL, I, 3).

<sup>15</sup> “*Vox significativa naturaliter est illa que apud omnes idem representat, ut gemitus infirmorum, latratus canum*” (SL, I, 3).

<sup>16</sup> “*Vox significativa ad placitum est illa que ad voluntatem instituentis aliquid representat, ut ‘homo’*” (SL, I, 3).

<sup>17</sup> “*Nomen est vox significativa ad placitum sine tempore, cuius nulla pars significat separata, finita, recta*” (SL, I, 4).

- **Verbo:** voz significativa *ad placitum* com tempo, cujas partes nada significam separadamente, definida e reta<sup>18</sup>. Entre nome e verbo, então, a única diferença, conforme suas definições, é a referência temporal, já que: ambos distinguem-se da voz não-significativa; têm caráter convencional; não são frases, pois as partes destas têm significado separadamente; não são infinitos ou indefinidos, como ‘não-homem’; e não estão flexionados quanto ao caso, para os nomes, ou quanto ao modo e tempo, para os verbos.
- **Proposição:** oração que significa o verdadeiro ou o falso, como ‘o *homem corre*’<sup>19</sup>. Sem tratarmos ainda dos tipos de proposição e demais conteúdo do livro *De Introductionibus*, finalizemos esse glossário dos conceitos introdutórios à lógica das *Summulae Logicales* com o esclarecimento de Morujão (2006, p. 307), que nos aponta para questões da *logica modernorum* de que falaremos adiante:

Em sintonia com a posição de Aristóteles no *Peri Hermeneias*, nas *summulae* do século XIII a proposição é considerada como a unidade linguística primária. Os termos categoremáticos e os elementos sincategoremáticos que a compõem são os dois elementos da linguagem, que remetem para algo que é prévio à própria linguagem. Os primeiros “supõem”, isto é, estão na proposição “em vez de” uma certa realidade, de natureza física ou mental; os segundos reenviam para as operações realizadas sobre os termos ou sobre as proposições (implicação, conjunção, disjunção, negação, etc.), ou para a quantidade – universal ou particular – das proposições em que os termos se encontram.

---

<sup>18</sup> “*Verbum est vox significativa ad placitum cum tempore, cuius nulla pars significat separata, finita, recta*” (SL, I, 5).

<sup>19</sup> “*Propositio est oratio verum vel falsum significans, ut ‘homo corrīt’*” (SL, I, 7).

As proposições são classificadas em categóricas e hipotéticas. As proposições categóricas são subdivididas em: (1) **universal**: cujo sujeito é um termo comum, ou seja, um termo universal, determinado por um sinal universal, como ‘todo’, ‘nenhum’; (2) **particular**: cujo sujeito é um termo comum precedido de um sinal particular, como ‘algum’; (3) **indefinida**: que o sujeito é um termo comum e não é precedido por qualquer quantificador, como ‘o homem corre’; (4) **singular**: que tem como sujeito um termo singular, como ‘Sócrates’, ou um termo comum unido a um pronome demonstrativo, como ‘este homem’. Classifica-se também a proposição de acordo com a ‘qualidade’, ou seja, em afirmativa ou negativa. E, finalmente, pode-se observar se o predicado diz algo do sujeito que lhe é essencial ou próprio, ou contingente, ou que é remoto e não convém ser atribuído ao sujeito. Assim, “é tríplice a matéria da proposição categórica, convém saber: natural, contingente e remota”<sup>20</sup>.

Podemos construir proposições categóricas distintas, preservando os mesmos termos como sujeito e predicado de cada uma delas e alterando as relações quantitativas e qualitativas. Assim, dois exemplos de proposições cujo sujeito é ‘homem’ e o predicado é ‘animal’ podem ser “todo homem é animal”, que é uma proposição universal afirmativa, e “algum homem é animal”, que é particular afirmativa.

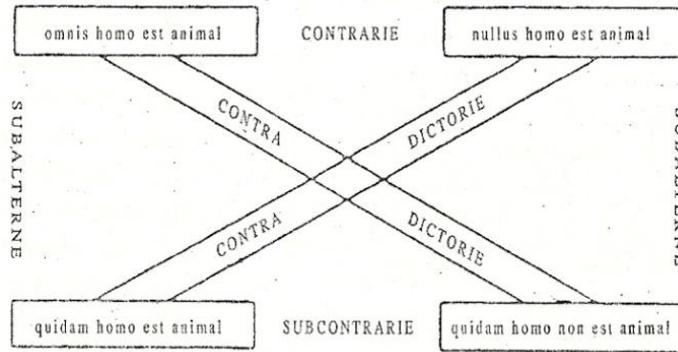
Uma proposição em relação a outra, que tem em comum o mesmo sujeito e o mesmo predicado, como as dos exemplos acima, é classificada em contrária, subcontrária, contraditória ou subalterna. Essas relações são esquematizadas no conhecido quadrado das oposições, presente em outros compêndios de lógica,

---

<sup>20</sup> “*Propositionum triplex est materia, scilicet naturalis, contingens et remota*” (SL, I, 13).

como o de Guilherme de Sheryswood, e também nas *Summulae Logicales*, I, 11, conforme representado abaixo:

**Figura 2 – Quadrado das oposições**



Fonte: *Summulae Logicales*, I, 11.

As proposições contrárias podem ser ambas falsas e não podem ser ambas verdadeiras. As subcontrárias podem ser ambas verdadeiras, mas não as duas falsas. Entre as contraditórias, se uma é falsa a outra é verdadeira e vice-versa. Já entre as subalternas, se a universal é verdadeira, a particular também será; se a particular é falsa, a universal também será falsa. O último aspecto das proposições categóricas tratado no *De Introductionibus* por Pedro Hispano é sobre a conversão de uma proposição em outra. Há, pois, conversão simples, por acidente e contraposição.

Passemos, pois, à análise do próximo livro, a saber, *De predicabilibus*.

#### 1.4.2 *De predicabilibus*

O tratado expõe a teoria dos predicáveis conforme a *Isagoge* de Porfírio.

Pedro Hispano inicia dizendo que:

'*Predicável*' às vezes é tomado propriamente, e assim apenas é dito predicável o que é predicado de muitos; às vezes é tomado em sentido geral, e assim é dito predicável aquilo que é predicado de um ou de muitos. Daí se segue que '*predicável*' tomado propriamente e '*universal*' são o mesmo, mas diferem nisto: predicável é definido através do '*ser dito*', já universal através do '*ser*'. É, pois, predicável o que é próprio a ser dito de muitos. Universal, por outro lado, é aquilo próprio a ser em muitos<sup>21</sup>.

Para compreendermos a passagem acima, observemos, sobre a leitura das *Categorias* (2, 1a15-1b10) empreendida pelo medieval, o que escreve Libera (2011, p. 437):

A Idade Média reinterpretou de maneira particular a articulação das relações entre inerência (*esse in*) e predicação (*dici de*) com a qual Aristóteles prefaciara a sua teoria das categorias.

A oposição entre o universal de comunidade ou universal de Boécio, o universal definido como "aquilo que é comum a várias coisas", e o universal de predicação ou universal de Porfírio, o universal compreendido como "aquilo que é dito de várias coisas", é uma metamorfose da definição combinatória das substâncias (primeiras ou segundas) e dos acidentes (universais ou particulares) a partir das relações de inerência e de predicação formulada por Aristóteles no capítulo 2 das *Categorias*.

O predicável tomado em sentido próprio, ou seja, o universal distingue-se em (1) gênero, (2) diferença, (3) espécie, (4) próprio e (5) acidente. Cada um desses

---

<sup>21</sup> "*Predicabile quandoque sumitur proprie; et sic solum dicitur predicabile quod de pluribus predicatur. Quandoque sumitur communiter; et sic dicitur predicabile quod de uno sive de pluribus predicatur. Unde 'predicabile' proprie sumptum est 'universale' idem sunt, sed differunt in hoc quod predicabile diffinitur per dici, universale autem per esse. Est enim predicabile quod aptum natum est dici de pluribus. Universale autem est quod aptum natum est esse in pluribus*" (SL, II, 1).

Essa passagem mostra-se de extrema importância para a compreensão não apenas das propriedades dos termos, mas também para o problema dos universais na idade média, pois esclarecendo a distinção entre universal e predicável, delimita também o campo específico da linguagem e o da ontologia na filosofia.

predicáveis é explicado isoladamente por Pedro Hispano e relacionado com os demais.

Gênero é definido como “o que é predicado a partir de muitos que diferem quanto à espécie; como animal é predicado de cavalo, homem e leão, que são de espécies diferentes”<sup>22</sup>. O gênero se classifica em gênero generalíssimo e gênero subalterno. O primeiro é aquele acima do qual não há outro gênero, de modo a não poder ser também espécie<sup>23</sup>. As dez categorias, que serão tratadas adiante, são gêneros generalíssimos. Os gêneros subalternos, por sua vez, são os que também podem ser espécies.

Espécie é definida como “aquilo que se predica de vários, diferentes em número, com relação àquilo que a coisa é”<sup>24</sup>. Classifica-se em espécie especialíssima, que não pode ser também gênero, e espécie subalterna, que tem outra espécie sob si. A relação entre gêneros e espécies é representada na “Árvore de Porfírio”, que toma a categoria da substância, passa pelos gêneros subalternos, bem como as espécies, até a espécie especialíssima e os indivíduos, como segue:

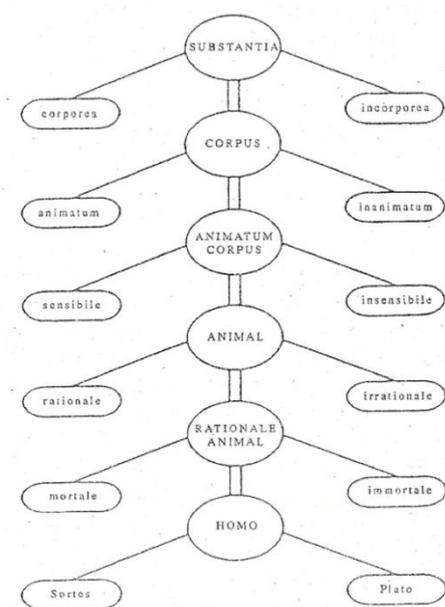
---

<sup>22</sup> *“genus est quod predicatur de pluribus differentibus specie in eo quod quid; ut animal predicatur de equo, homine et leone, que differunt specie”* (SL II, 2).

<sup>23</sup> Cf. SL, II, 6-7.

<sup>24</sup> *“Species est que predicatur de pluribus, differentibus numero, in eo quod quid est”* (SL, II, 8).

**Figura 3 – Árvore de Porfírio**



Fonte: *Summulae Logicales*, II, 11

A presença da árvore de Porfírio nas *Summulae Logicales*, observa Meirinhos (2002, p. 339), é uma das “ramificações para o problema dos universais, que não é tratado directamente, mas que é insinuado” em algumas passagens, como a que diferencia predicável de universal na abertura do tratado *De predicabilibus*, citada acima. Especificamente quanto à substância, Pedro Hispano resume no tratado *De dictionibus consecutivis* da obra *Syncategoreumata*:

[...] substância é dita em quatro modos: em um modo substância indica matéria (como a matéria de Sócrates, ou fogo, ou os outros elementos); no segundo modo substância é dita forma (como a forma de Sócrates e outras coisas naturais); no terceiro modo substância indica um composto de matéria e forma (como Sócrates e os outros individuais); no quarto modo substância é dita a essência chamada *quid* ou o que é predicado de muitas coisas (como homem, animal e semelhantes)<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> “Quia substantia dicitur quatuor modis; uno modo substantia dicitur materia (ut materia Sortis vel ignis vel aliorum elementorum); alio autem modo substantia dicitur forma (ut forma Sortis et aliarum rerum naturalium); tertio autem modo substantia dicitur compositum ex hiis, scilicet ex materia et

Uma vez esclarecidos os elementos constitutivos do *De predicabilibus*, torna-se necessário investigarmos o próximo livro, a saber, o *De Predicamentis*. Passemos a ele.

#### 1.4.3 *De predicamentis*

O tratado, em sua maior parte, glosa o livro das *Categorias* e, como este, contém alguns elementos da teoria da predicação de Aristóteles que, segundo Angioni (2006, p. 20), “é uma teoria a respeito das correlações entre, de um lado, as estruturas objetivas pelas quais as coisas se dão no mundo e, de outro, as estruturas lógico-linguísticas pelas quais pretendemos constatar-las e remeter a elas”.

Inicialmente, seguindo as *Categorias* (1, 1a 1-15), Pedro Hispano distingue três modos de predicação, pois “das coisas que são ditas, umas são equívocas, outras unívocas, outras denominativas”<sup>26</sup>. A esse respeito, Ponzio (2002, p. 608) considera que:

‘Equivoco’ corresponde ao que Aristóteles chama ‘homônimo’; ‘unívoco’ a ‘sinônimo’, ‘denominativo’ a ‘parônimo’. Em Aristóteles, a referência desses termos é ao objeto; em Pedro Hispano, embora recupere a distinção de Aristóteles, já há a mudança própria da lógica terminista, dos objetos para sinais ou nomes; ou melhor: aqui o discurso é posto de tal maneira a poder ser entendido em sentido não apenas ontológico ou realístico, mas também em sentido

---

forma (*ut Sortes et alia individua*); quarto autem modo substantia dicitur essentia dicens quid sive predicabile de pluribus (*ut homo, animal, et consimililia*)” (*Sync.* V, 2).

<sup>26</sup> “eorum igitur que dicuntur, alia sunt equivocata, alia quidem univocata, alia vero denominativa” (*SL*, III, 1).

terminístico, porque consegue manter uma certa autonomia das questões de ordem metafísica<sup>27</sup>.

A observação de Ponzio parece apontar para o fato de que na investigação da lógica dos termos já não se faz necessário assumir uma defesa nem do realismo nem do nominalismo. Há, pois, um distanciamento de Pedro Hispano das questões ontológicas e sua fixação nas questões linguísticas. Uma leitura possível é a de que Aristóteles se refere a sinais de primeira imposição, isto é, aqueles que designam coisas, enquanto Pedro Hispano trata de sinais de segunda imposição, ou seja, aqueles que supõem por outros sinais. Contudo, isso não implica uma postura nominalista, Pedro Hispano não pensa serem os universais meras emissões vocálicas, e entendemos que o empreendimento da análise das propriedades dos termos da proposição, de que Pedro Hispano se ocupa na parte da *logica modernorum* nas *Summulae Logicales*, está alicerçada, fortemente, numa base ontológica, como veremos no segundo capítulo desse trabalho, e é possível caracterizar uma postura realista do filósofo, enquanto trata dos universais como ‘coisas’.

A segunda distinção do livro é a presente nas *Categorias* (2, 1a 15-20), “de entre as coisas que se dizem, umas dizem-se com ligação, outras sem ligação”, ou seja, as sentenças e os termos. Mas antes de aprofundar esse assunto, Pedro Hispano aduz a terceira distinção, concernente a oito modos de “ser em”, que faz referência à *Física IV*, 3 de Aristóteles. Os oito modos de inerência são:

---

<sup>27</sup> ‘Equivoco’ corrisponde a ciò che Aristotele chiama ‘omonimo’; ‘univoco’ a ‘sinonimo’, ‘denominativo’ a ‘paronimo’. In Aristotele il riferimento di questi termini è agli oggetti; in Pietro Ispano, benché si riprenda la distinzione di Aristotele, si avverte già lo spostamento proprio della logica terministica, dagli oggetti ai segni o nomi; o meglio: qui il discorso è impostato in maniera tale da poter essere inteso non soltanto in senso ontologico o realistico, ma anche in senso terministico o nominalistico, perché riesce a mantenere una certa autonomia dalle questioni di ordine metafisico.

- A parte está no todo, como o dedo na mão;
- O todo está em uma de suas partes, como a casa na parede;
- A espécie está no gênero, como a espécie homem está contida no gênero animal;
- O gênero está na espécie, como animal no homem;
- A forma está na matéria, tanto a forma substancial como a forma accidental;
- Qualquer coisa está no seu princípio eficiente, como o reino no reinante;
- Qualquer coisa está na sua finalidade, como a virtude na felicidade;
- Qualquer coisa está no lugar que a contém<sup>28</sup>.

A próxima distinção, que é tirada das *Categorias* (2, 1a15ss), considera simultaneamente as relações de predicação e inerência. São de quatro tipos:

- “Dentre as coisas que são, algumas são ditas do sujeito, mas não estão no sujeito”<sup>29</sup>.
- “outras nem são ditas do sujeito nem estão no sujeito”<sup>30</sup>.
- “outras são ditas do sujeito e estão no sujeito”<sup>31</sup>.
- “outras estão no sujeito, mas não são ditas de qualquer sujeito”<sup>32</sup>.

Feitas as distinções, Pedro Hispano parte para a apresentação das dez categorias, que sintetizamos no quadro abaixo:

---

<sup>28</sup> Cf. *SL* III, 2.

<sup>29</sup> “*Eorum que sunt alia dicuntur de subiecto, in subiecto vero nullo sunt*” (*SL*, III, 3).

<sup>30</sup> “*Alia vero neque dicuntur de subiecto neque sunt in subiecto*” (*SL*, III, 3).

<sup>31</sup> “*Alia vero dicuntur de subiecto et sunt in subiecto*” (*SL*, III, 3).

<sup>32</sup> “*Alia vero in subiecto sunt, de subiecto autem nullo dicuntur*” (*SL*, III, 3).

**Figura 4 – Quadro expositivo das 10 categorias e exemplos**

<b>Categoria</b>	<b>Expressão empregada por Pedro Hispano</b>	<b>Exemplo</b>
Substância	<i>Substantiam</i>	homem, cavalo
Quantidade	<i>Quantitatem</i>	de dois côvados, de três côvados
Qualidade	<i>Qualitatem</i>	branco, negro
Relação	<i>Ad aliquid</i>	dobro, triplo
Lugar	<i>Ubi</i>	no lugar.
Tempo	<i>Quando</i>	recentemente, amanhã
Posição	<i>Situm esse</i>	estar sentado, deitado
Posse	<i>Habere</i>	estar armado
Ação	<i>Facere</i>	cortar, queimar
Paixão	<i>Pati</i>	ser cortado, ser queimado

Fonte: elaborado a partir de *Summulae Logicales*, III.

Em conformidade com Aristóteles, a substância é classificada em substância primeira e substância segunda. Aquela é o objeto singular, cada indivíduo, que não pode ser predicado de algum sujeito e ocupa a parte mais inferior na árvore de Porfírio. Já “as substâncias segundas são as espécies em que estão as substâncias primeiras e os gêneros dessas espécies, como homem e animal”<sup>33</sup>. Tanto a substância primeira como a segunda não estão em qualquer sujeito como um acidente, que inere no ente. Quanto à substância primeira diz-se isso por definição. Quanto à substância segunda, diz Pedro Hispano, comentando as *Categorias* (5, 3a 5-20), que se chega à conclusão de que ela não é acidente por indução e por silogismo. O raciocínio por indução é o seguinte: “Homem não está no sujeito, cavalo não está no sujeito, nem animal, e assim para as outras substâncias; portanto, nenhuma substância segunda está no sujeito”<sup>34</sup>. Enquanto o silogismo é: “Nenhuma das coisas que estão no sujeito, são predicadas pelo nome e pela

<sup>33</sup> “*Secunde substantie sunt species in quibus sunt prime substantie et harum specierum genera, ut homo et animal*” (SL, III, 6).

<sup>34</sup> “*Homo non est in subiecto, equus non est in subiecto, neque animal, et sic de aliis secundis substantiis; ergo nulla secunda substantia est in subiecto*” (SL, III, 8).

definição; mas toda substância segunda é predicada pelo nome e pela definição; logo nenhuma substância segunda está no sujeito”<sup>35</sup>.

Tendo percorrido os elementos do *De predicamentis*, cabe-nos investigar, na sequência proposta no início dessa seção, o livro *De sillogismis*. Passemos a ele.

#### 1.4.4 *De sillogismis*

No tratado *De Sillogismis* estão apresentadas as regras de formação e convertibilidade dos silogismos, além das definições de proposição – bastante explicada no tratado *De Introductionibus* –, silogismo, figura e modo. Escreve Pedro Hispano que “proposição é a frase que afirma ou nega alguma coisa de alguém ou de algo”<sup>36</sup>. Por conseguinte, são proposições apenas as sentenças afirmativas ou negativas, isto é, as sentenças declarativas que Aristóteles chama λόγος ἁποφαντικός. É relacionada com a proposição que aparece a primeira definição de termo (embora Pedro Hispano já houvera mencionado a expressão “termo comum” no tratado *De Introductionibus*), a saber, “termo é aquilo em que se decompõe a proposição, como o sujeito e o predicado”<sup>37</sup>. São os termos da proposição que têm suas propriedades analisadas na *logica modernorum*.

O conceito de silogismo é apresentado em consonância com Aristóteles nos *Primeiros Analíticos*. Escreve Pedro Hispano: “Silogismo é o discurso em que, postas certas coisas, necessariamente outras aparecem através das que foram

<sup>35</sup> “*Nichil eorum que sunt in subiecto, predicatur nomine et ratione; sed omnis secunda substantia predicatur nomine et ratione; ergo nulla secunda substantia est in subiecto*” (SL, III, 8).

<sup>36</sup> “*Propositio est oratio affirmativa vel negativa alicuius de aliquo vel alicuius ab aliquo*” (SL, IV, 1).

<sup>37</sup> “*Terminus est in quem resolvitur propositio ut subiectum et predicatum*” (SL, IV, 1).

dadas”<sup>38</sup>. Ou, simplesmente, postas as premissas, que são duas proposições, uma terceira proposição, a conclusão, decorre delas. O primeiro exemplo de silogismo é:

*‘Todo animal é substância  
 Todo homem é animal  
 Portanto, todo homem é substância’*<sup>39</sup>.

Figura do silogismo indica o ordenamento entre sujeito e predicado nas premissas. São três as figuras do silogismo. A primeira figura é aquela em que o termo médio é sujeito na primeira premissa e predicado na segunda. O exemplo dado por Pedro Hispano é:

*‘todo animal é substância  
 todo homem é animal’*<sup>40</sup>.

A segunda figura é aquela cujo termo médio é predicado em ambas as premissas. O exemplo dado é o seguinte:

*‘todo homem é animal  
 nenhuma pedra é animal’*<sup>41</sup>.

A terceira figura, por fim, é a que tem o mesmo termo como sujeito em ambas as premissas. Exemplifica Pedro Hispano:

*‘todo homem é animal*

---

<sup>38</sup> “*Sillogismus est oratio in qua quibusdam positis necesse est aliud accidere per ea que posita sunt*” (SL, IV, 2).

<sup>39</sup> “*omne animal est substantia. omnis homo est animal. ergo omnis homo est substantia*” (SL, IV, 2).

<sup>40</sup> “*omne animal est substantia. omnis homo est animal*” (SL, IV, 3).

<sup>41</sup> “*omnis homo est animal. nulus lapis est animal*” (SL, IV, 3).

*todo homem é capaz de rir*<sup>42</sup>.

Além das figuras, o silogismo tem modos, que são as relações de quantidade – universal ou particular – e qualidade – afirmativa ou negativa – que determinam as premissas. Assim, as figuras subdividem-se em dezenove modos de silogismos válidos que têm como conclusão proposições: a) universais afirmativas, b) universais negativas, c) particulares afirmativas ou, d) particulares negativas.

Dos dezenove modos, nove estão na primeira figura. Desses, os quatro primeiros modos são concluídos diretamente, ou seja, na conclusão o extremo maior é predicado do menor e, para que haja silogismos, a premissa maior deve ser universal e a premissa menor deve ser afirmativa, necessariamente. Os demais cinco modos da primeira figura são concluídos indiretamente, pois na conclusão o extremo menor é predicado do maior<sup>43</sup>. Além disso, observa-se que nessa figura ocorrem todos os tipos de conclusão qualitativa e quantitativamente. A segunda figura contém quatro modos e suas conclusões são apenas universais negativas ou particulares negativas. Nessa figura, a premissa maior deve ser sempre universal e um dos termos deve ser negativo. Já a terceira figura tem seis modos, mas sempre com conclusões particulares, sejam afirmativas ou negativas e a premissa menor nunca pode ser negativa.

Todos os modos dos silogismos válidos são conversíveis nos quatro silogismos perfeitos da primeira figura mediante regras tratadas por Aristóteles nos *Primeiros Analíticos* e apresentadas por Pedro Hispano nas *Summulae*, juntamente com o método mnemônico que é uma das possíveis razões para tão ampla difusão do seu compêndio de lógica.

---

<sup>42</sup> “*omnis homo est animal. omnis homo est risibilis*’ (SL, IV, 3).

<sup>43</sup> Atribui-se a Galeno, séc.II a classificação desses cinco modos como uma quarta figura, contudo essa outra divisão não é mencionada por Pedro Hispano.

Os versos mnemônicos são os seguintes:

BARBARA CELARENT DARIÍ FERIO BARALIPTON  
 CELANTES DABITIS FAPESMO FRISESOMORUM.  
 CESARE CAMBESTRES FESTINO BAROCHO DARAPTI.  
 FELAPTO DISAMIS DATISI BOCARDO FERISON<sup>44</sup>.

Essas palavras são usadas tanto para o aprendizado de todos os modos das três figuras como para que se aprenda a reduzir todos os demais modos em *Barbara*, *Celarent*, *Darií* e *Ferio*, uma vez que representam silogismos perfeitos.

Nesses nomes, a função das vogais é justamente indicar a quantidade e a qualidade das proposições. Assim, *A* significa universal afirmativa, *E* representa universal negativa, *I* indica particular afirmativa e *O* representa particular negativa, como no quadrado das oposições, de modo que *Barbara* é um silogismo formado apenas por proposições universais afirmativas. *Celarent* é um silogismo em que a primeira premissa é universal negativa, a segunda premissa é universal afirmativa e a conclusão é universal negativa. Em *Darií*, a primeira premissa é universal afirmativa, já a segunda premissa e a conclusão são particulares afirmativas. *Ferio*, finalmente, indica que no quarto modo da primeira figura a primeira premissa é universal negativa, a segunda premissa é particular afirmativa e a conclusão é particular negativa.

Nas palavras dos versos mnemônicos também têm sentido as consoantes iniciais *B*, *C*, *D* e *F*, que indicam a que modo da primeira figura os demais são redutíveis. Desse modo, *Baralipton*, *Barocho* e *Bocardo* são redutíveis à *Barbara*; *Celantes*, *Cesare* e *Cambestres* convertem-se em *Celarent*; *Dabitis*, *Darapti*, *Disamis*

---

<sup>44</sup> *SL*, IV, 13.

e *Datisi* são redutíveis a *Darii*; e *Fapesmo*, *Frisesomorum*, *Festino*, *Felapto* e *Ferison* são conversíveis em *Ferio*.

Têm significado, finalmente, as consoantes *s*, *p*, *m* e *c*, a saber: *s* exprime que a proposição indicada pela letra precedente a ela deve sofrer *conversio simplex*, ou seja, o sujeito e o predicado devem ser postos um no lugar do outro sem que a *quantidade* seja alterada; *p* exprime que a proposição indicada pela letra precedente a ela deve sofrer *conversio per accidens*, ou seja, a posição do sujeito e do predicado deve ser trocada juntamente com a *quantidade*; *m* indica uma inversão das premissas; e *c* aponta a *reductio per impossibile*.

Finalizado nosso estudo acerca desse tema, nosso próximo objeto de investigação, o livro a ser examinado, é o *De locis*.

#### 1.4.5 *De locis*

Esse tratado discorre propriamente sobre a argumentação dialética e, por isso, tendo Pedro Hispano esclarecido os vários sentidos do termo *Ratio*, se utiliza deste como “meio que infere a conclusão”<sup>45</sup> para definir argumento e argumentação. Vejamos: “Argumento é *ratio* que persuade sobre o que é duvidoso, isto é, meio que prova a conclusão que deve ser confirmada pela argumentação [...]. Argumentação é a explicação do argumento através do discurso, isto é discurso que expõe o argumento”<sup>46</sup>.

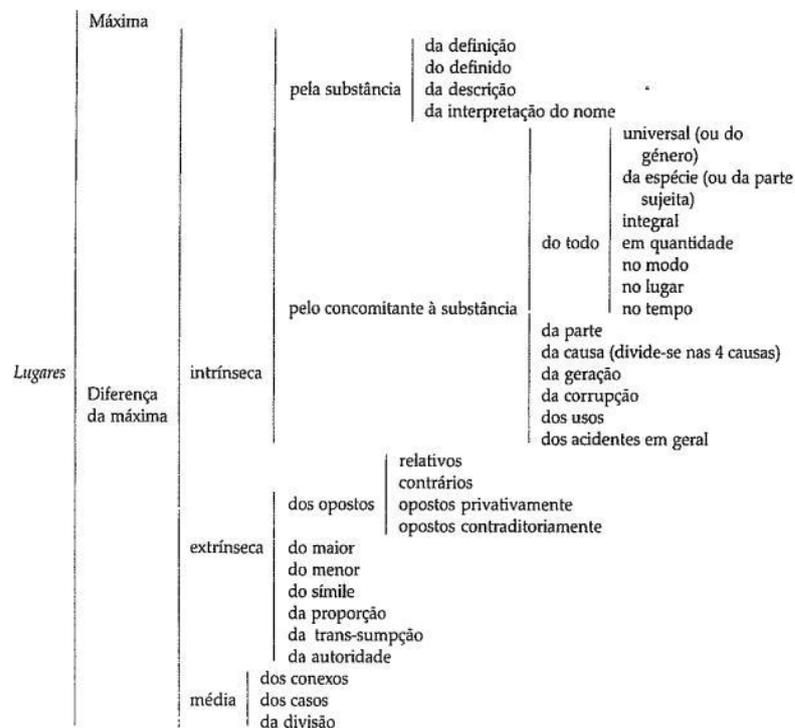
---

<sup>45</sup> “*Alio autem modo ratio idem est quod medium inferens conclusionem*” (SL, V, 1).

<sup>46</sup> “*Argumentum est ratio rei dubie faciens fidem, idest medium probans conclusionem que debet confirmari per argumentum [...]. Argumentatio est argumenti per orationem explicatio, idest oratio explicans argumentum*” (SL, V, 2).

Existem quatro tipos de argumentação: silogismo (tema do tratado IV), indução, entimema e exemplo. Para confirmar um argumento, considera-se seu *topos*, ou lugar, ou simplesmente, conforme Meirinhos (2010, p. 345), “regra que permite garantir a validade de certas conclusões de acordo com os termos que estão presentes nas premissas”. Os *topoi* que são apresentados por Pedro Hispano – e que remetem a doutrina boeciana dos *loci* – são esquematizados por Meirinhos na figura abaixo:

**Figura 5 – Esquema dos *loci* em Pedro Hispano**



Fonte: Meirinhos, 2002, p. 346

Esses lugares são exemplificados com entimemas, exceto o lugar máximo ou proposição máxima, que é evidente e não requer demonstração como “todo inteiro é maior que suas partes”, “de tudo que se predica a definição, também se predica o definido”, “de tudo que se predica a espécie, se predica também o gênero”<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> Cf. *SL*, V, 4.

Se pelos lugares dialéticos constroem-se argumentos válidos e os entimemas devem ser convertidos em silogismos completos, o mesmo não ocorre com os lugares sofísticos, que implicam falácias, mas, já que estas também ocorrem com frequência nas disputas, elas são tratadas largamente na *Summulae Logicales*.

Finalmente, percorrido os esclarecimentos realizados para a compreensão do *De locis*, resta-nos, para percorrermos a análise dos seis livros propostos, analisarmos o *De fallacis*. Passemos a ele.

#### 1.4.6 *De fallaciis*

Conforme já mencionamos acima, o tratado *De fallaciis* é o sétimo das *Summulae Logicales*, ficando separado do conjunto dos textos de *logica antiquorum*, o que se justifica pelo fato de “a teoria da suposição [de que trataremos adiante] ter a sua origem histórica na análise das falácias *in dictione* [no discurso], oferecendo como que um fundamento para a resolução de certos sofismas pela compreensão da extensão semântica da referência de certos termos na proposição” (MEIRINHOS in CALAFATE, 2002, p. 347). Neste tratado, as falácias são apresentadas como elementos a serem considerados na *disputatio*, que é, de acordo com Pedro Hispano, “o ato silogístico de um contra outro com o propósito de demonstrar”<sup>48</sup>. A *disputatio* é composta por cinco elementos: oponente, respondente, tese, o próprio ato da disputa e seu instrumento. O instrumento perfeito da disputa é o silogismo. Além deste, como observamos, há a indução, o entimema e o exemplo, que também são instrumentos para a disputa, mas não em sentido pleno.

---

<sup>48</sup> “*Disputatio est actus silogisticus unius ad alterum ad propositum ostendendum*” (SL, VII, 1).

A *disputatio* pode também ser classificada em quatro tipos: didática (feita por meio de silogismos demonstrativos, cujas premissas são verdadeiras), dialética (cujas premissas são prováveis), probabilística (cujas premissas são consideradas prováveis pelo respondente) e sofística (embasada em premissas aparentemente prováveis), esta última é o principal tema do sétimo tratado das *Summulae Logicales*.

A *disputatio* sofística pretende levar quem se opõe na disputa à refutação, ao falso, ao paradoxo, ao solecismo e à redundância. A refutação se dá quando, pela argumentação, se chega à negação do que antes era afirmado. O falso advém de dois casos, pois ou é uma contradição, como “Sócrates corre e não corre”, conforme exemplifica Pedro Hispano, mas nesse caso o respondente é facilmente capaz de identificar o falso, ou a falsidade já está na proposição e, sendo isso desconhecido pelo respondente, é provável concluir o falso por engano, já que a argumentação é correta. Há paradoxo quando uma opinião é contrária a de todos os outros homens, ou da maioria, ou dos sábios. O solecismo ocorre quando se transgridem regras gramaticais, como concordância verbal e nominal. A redundância é a repetição de termos inutilmente. Pedro Hispano enfatiza que tal repetição é inútil quando ocorre na mesma parte da proposição, como “Homem homem corre”, o que é diferente de expressões como “O homem é o homem”, que não é inútil na argumentação, e expressões como “Deus, Deus meu”, que serve para enfatizar o discurso<sup>49</sup>.

Tendo apresentado as finalidades da *disputatio* sofística, pois, na intenção, os fins antecedem os meios, e constatado que “[...] os sofistas mais querem parecer sábios sem serem do que ser e não parecerem”<sup>50</sup>, Pedro Hispano discorre sobre as treze falácias – seis que concernem a *dictione* e sete que são *extra dictione* –

---

<sup>49</sup> Cf. *SL*, VII, 18.

<sup>50</sup> “[...] *sophiste magis volunt videri sapientes es non esse quam esse et non videri*” (*SL*, VII, 21).

empregadas na disputa para persuadir o adversário. As seis falácias concernentes ao discurso são: equivocação, anfibolia, composição, divisão, acento e figura do discurso<sup>51</sup>. Pedro Hispano pretende seguir Aristóteles nas *Refutações Sofísticas*, que prova, por indução e por silogismo, que toda falácia *in dictione* advém de um desses seis modos. O silogismo em BARBARA para tal prova é o seguinte:

Todo engano pelo fato de que com os mesmos nomes e frases não significamos o mesmo ocorre em qualquer um desses seis modos;  
 Mas toda falácia *in dictione* ocorre do fato de que não significamos a mesma coisa com os mesmos nomes e frases.  
 Portanto, toda falácia *in dictione* ocorre em qualquer um desses seis modos<sup>52</sup>.

Cada premissa desse silogismo é demonstrada por outro silogismo. Para a maior:

Toda multiplicidade de discurso ocorre em qualquer um desses seis modos;  
 Mas todo engano pelo fato de que com os mesmos nomes e frases não significamos a mesma coisa ocorre pela multiplicidade do discurso;  
 Portanto, todo engano pelo fato de que com os mesmos nomes e frases não significamos o mesmo ocorre em qualquer um desses seis modos<sup>53</sup>.

O silogismo para a premissa menor é:

---

<sup>51</sup> Cf. SL, VII, 24: *equivocatio, amphibolia, compositio, divisio, accentus, figura dictionis*.

<sup>52</sup> “*Omnis deceptio facta ex eo quod eisdem nominibus vel orationibus non idem significamus, fit aliquo istorum sex modorum; sed omnis fallacia in dictione fit ex eo quod eisdem nominibus vel orationibus non idem significamus; ergo omnis fallacia in dictione fit aliquo istorum sex modorum*” (SL, VII, 25).

<sup>53</sup> “*Omnis multiplicitas dictionis fit aliquo istorum sex modorum; sed omnis deceptio facta ex eo quod eisdem nominibus vel orationibus non idem significamus, fit ex multiplicitate dictionis; ergo omnis deceptio facta ex eo quod eisdem nominibus vel orationibus non idem significamus, fit aliquo istorum sex modorum*” (SL, VII, 25)

Toda malícia do discurso ocorre pelo fato de que com os mesmos nomes e frases não significamos a mesma coisa;  
 Mas toda falácia *in dictionis* ocorre pela malícia do discurso;  
 Portanto, toda falácia *in dictionis* ocorre pelo fato de que não significamos a mesma coisa com os mesmos nomes e frases<sup>54</sup>.

Considerando esses casos em que significamos coisas distintas com os mesmos nomes e frases, Pedro Hispano parte para a exposição dos tipos de falácia *in dictionis* e suas subdivisões. Essa tarefa se estende do § 24 ao § 100 no tratado VII. Como todas as falácias têm dois princípios ou causas – a causa da aparência e a causa da inexistência –, ambos serão identificados em cada tipo de falácia, mas antes convém esclarecer esses dois tipos de princípios. Diz Pedro Hispano: “O princípio motor, ou causa da aparência em qualquer falácia, é aquilo que leva a crer no que não é. Já o princípio do defeito ou causa da falsidade é aquilo que faz o que se acredita ser falso”<sup>55</sup>.

A primeira falácia tratada é a equivocação, que é assim definida: “a falácia da equivocação é o engano causado em nós pela incapacidade de distinguir os diversos aspectos que o mesmo nome apresenta simplesmente”<sup>56</sup>, sua causa motora é o emprego de uma mesma expressão em diferentes situações sem considerar a variação de sentido que ocorre, já a causa da falsidade é justamente a diversidade de significados que uma mesma palavra pode ter. Isso abarca tanto homônimos, como a palavra manga, quanto palavras que nos diferentes usos significam o mesmo, mas com distintas nuances de sentido, como, exemplifica

<sup>54</sup> “*Omnis malitia dictionis fit ex eo quod eisdem nominibus vel orationibus non idem significamos; sed omnis fallacia in dictione fit ex malitia dictionis; ergo omnis fallacia in dictione fit ex eo quod eisdem nominibus vel orationibus non idem significamus*” (SL, VII, 24).

<sup>55</sup> “*Principium autem motivum sive causa apparentie in qualibet fallacia est quod movet ad credendum quod non est. Principium vero defectus sive causa falsitatis est quod facit creditum esse falsum*” (SL, VII, 27).

<sup>56</sup> “*fallacia equivocationis est deceptio causata in nobis ex impotentia distinguendi diversas in eodem nomine rationes simpliciter*” (SL, VII, 28).

Pedro Hispano, “na palavra saudável, que significa sempre a mesma saúde, porque se trata da saúde de um animal, mas segundo modos diversos [nas expressões “a urina está saudável”, “a comida é saudável”, “a dieta é saudável”, “a medicina é saudável”]”<sup>57</sup>. Alguns silogismos para essa falácia são:

*Todo cão é capaz de ladrar;  
Mas certo animal marinho é um cão;  
Portanto, certo animal marinho é capaz de ladrar*<sup>58</sup>.

Obviamente, devido aos diferentes significados de “cão”, a conclusão não decorre das premissas. Já quando temos um verbo equívoco, formam-se falácias como:

*Tudo que ri tem boca;  
O gramado ri,  
Logo o gramado tem boca*<sup>59</sup>.

Nesse caso as premissas são ambíguas, já que o verbo “ridere” tem mais de um sentido, a saber, rir e florescer. Finalmente, exemplificando a terceira espécie destas falácias, temos:

*Todo aquele que se levanta está em pé;  
O sentado se levanta,  
Logo o sentado está em pé*<sup>60</sup>.

Sendo a premissa menor ambígua, a conclusão decorrente é falsa.

<sup>57</sup> “[...] ut in hoc nomine ‘sanum’, quod significat semper eandem sanitatem quia sanitatem animalis sed secundum modos diversos” (SL, VII, 28).

<sup>58</sup> “omnis canis est latrabile. Sed quoddam marinum animal est canis. Ergo quoddam marinum animal est latrabile” (SL, VII, 30).

<sup>59</sup> “Quicquid ridet, habet os. Sed pratum ridet. Ergo pratum habet os” (SL, VII, 32).

<sup>60</sup> “Quicumque surgebat, stat. Sedens surgebat. Ergo sedens stat” (SL, VII, 36).

A segunda falácia *in dictione* é a anfibolia. “Diz-se *anfibia* de ‘*amphi*’, que é dúbio, e ‘*bole*’, que é sentença – ou ‘*logos*’, discurso, indicando uma *sentença dúbio* ou um *discurso dúbio*”<sup>61</sup>. Alguns paralogismos em que ocorrem anfibolias:

*Qualquer coisa que é de Aristóteles é possuída por Aristóteles.*

*Este livro é de Aristóteles.*

*Portanto, este livro é possuído por Aristóteles*<sup>62</sup>.

A expressão “de Aristóteles” pode ter diferentes significados, como “ser possuído por Aristóteles” ou “ser produzido por Aristóteles”, ocasionando a falácia.

Em seguida, Pedro Hispano trata conjuntamente da composição e da divisão. Ora, às vezes, partes das orações se juntam ou separam erroneamente, provocando as falácias como no paralogismo:

*A quem é possível caminhar ocorre que caminhe.*

*Mas quem está sentado é possível caminhar.*

*Logo, ocorre que quem está sentado caminhe*<sup>63</sup>.

Como se pode observar, a falácia ocorre porque, empregando-se a expressão “é possível” em sentidos diferentes, se infere que alguém caminha e está sentado, quando se deveria concluir que quem está sentado tem a potência para caminhar. Isso fica bastante claro nas *Refutações Sofísticas* de Aristóteles (366a 23ss) que diz:

A ambiguidade e a homonímia (equivocação) assumem, assim, tais formas. Os exemplos que se seguem dizem respeito à combinação

<sup>61</sup> “*Dicitur autem ‘amphibolia’ ab ‘amphi’, quod est dubium, et ‘bole’, quod est sententia, - vel ‘logos’, quode est sermo, quasi dubia sententia vel dubius sermo*” (SL, VII, 44).

<sup>62</sup> “*Quicquid est Aristotilis, possidetur ab Aristotile. Iste liber est Aristotilis. Ergo iste liber possidetur ab Aristotile*” (SL, VII, 45).

<sup>63</sup> “*Quemcumque ambulare est possibile, contingit quod ipse ambulet. Sed sedentem ambulare est possibile. Ergo contingit quod sedens ambulet*” (SL, VII, 68).

de palavras, por exemplo: *Alguém pode caminhar enquanto sentado e escrever enquanto não escrevendo*. A significação não é a mesma se alguém proferir as palavras *separadamente* como se alguém as combinar, dizendo *ser possível caminhar enquanto sentado* [...] (ARISTÓTELES, 2010, p. 550).

Outra falácia é produzida pela tonicidade da palavra, ou pelo acento, entendendo-se acento “[...] em geral, como toda forma de pronunciar [...]”<sup>64</sup>. Um exemplo dado por Pedro Hispano é a palavra latina ‘*populus*’, que significa certo gênero de árvores, quando ‘*pōpŭlŭs*’, e povo, se ‘*pŏpŭlŭs*’. Assim, o paralogismo:

Todo choupo [*pōpŭlŭs*] é árvore.

Mas a nação é povo [*pŏpŭlŭs*].

Portanto, a nação é árvore<sup>65</sup>.

A última falácia *in dictione* são as “figuras de expressão”. Para esclarecê-las, Pedro Hispano cita o capítulo VII das “Refutações Sofísticas” de Aristóteles, referindo-se ao seguinte trecho:

Nas falácias ligadas à figura de linguagem, o erro se deve à similaridade da linguagem, pois é difícil distinguir qual tipo de coisas pertence às mesmas categorias e quais a diferentes categorias. Com efeito, aquele que pode realizar esta distinção se coloca sumamente próximo da contemplação da verdade (ARISTÓTELES, 2010, p. 559).

As sete falácias seguintes – 1) acidente, 2) “segundo o quê e simplesmente”, 3) ignorância do elenco, 4) petição de princípio (toma-se o que se pretende provar como princípio), 5) consequência, 6) “considerar o que não é causa como causa”, 7) “múltiplas perguntas como uma” –, que concluem o tratado VII, são *extra dictione*.

<sup>64</sup> “[...] *accentus sumitur hic communiter ad omnem modum proferendi [...]*” (SL, VII, 81).

<sup>65</sup> “*Omnis populus est arbor. Sed gens est populus. Ergo gens est arbor*” (SL, VII, 79).

Estas diferem das primeiras porque “a causa da aparência e a causa da não existência estão na coisa. [...] Já a falácia *in dictione* é a que a causa da aparência está no discurso e a causa da falsidade na coisa”<sup>66</sup>.

Percorridos todos os caminhos que foram propostos para o primeiro capítulo de nossa dissertação, podemos investigar de que forma a propriedade dos termos torna-se fundamental na discussão e investigação lógica no sistema de Hispano. Esse será o objeto de nosso próximo capítulo.

---

<sup>66</sup> “*Fallacia extra dictionem dicitur cuius causa apparentie et causa non existentie est in re. Et per hoc differt a fallaciis in dictione. Fallacia enim in dictione est cuius causa apparentie est in dictione et causa falsitatis in re*” (SL, VII, 101).

## 2. AS PROPRIEDADES DOS TERMOS COMO CENTRO DA INVESTIGAÇÃO DA *LOGICA MODERNORUM* NAS *SUMMULAE* *LOGICALES* DE PEDRO HISPANO

Como já dissemos no capítulo anterior, os termos e os elementos sincategoremáticos são os elementos da proposição e esta é a unidade linguística primária das investigações filosóficas no medievo. Isso está em sintonia com a posição de Aristóteles no *Peri Hermeneias*, que suspende a reflexão sobre qualquer outro tipo de discurso que não seja a proposição, anunciando de forma incisiva: “deixemos de lado esses outros tipos [de discurso], pois seu exame pertence à retórica ou à poética. Vamos considerar agora o discurso declarativo”<sup>67</sup>. Para Aristóteles, qualquer uma das partes da oração, se tomadas isoladamente, têm significado, mas não afirmam ou negam qualquer coisa de algo. Diz Aristóteles que “a sentença é fala dotada de significação, sendo que esta ou aquela sua parte pode ter um significado particular de alguma coisa, ou seja, que é enunciado, mas não expressa uma afirmação ou uma negação”<sup>68</sup>. Em outras palavras, os termos não encerram em si verdade ou falsidade, apesar de terem um significado.

Nas *Summulae logicales*, Pedro Hispano trata das propriedades dos termos, ficando os elementos sincategoremáticos para outra obra. Inicialmente, convém saber que “termo” (*Terminus*) é tradução de ὄρος, que indica as palavras que ocupam os lugares extremos de uma proposição, ou seja, o sujeito e o predicado.

---

<sup>67</sup> Οἱ μὲν οὖν ἄλλοι ἀφείσθωσαν, — ῥητορικῆς γὰρ ἢ ποιητικῆς οἰκειότερα ἢ σκέψις, — ὁ δὲ ἀποφαντικὸς τῆς νῦν θεωρίας. (Aristóteles, *Peri Hermeneias* 17a5-8). Esta e outras traduções do *Peri Hermeneias* são do professor Giovanni da Silva de Queiroz.

<sup>68</sup> Λόγος δὲ ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ, ἧς τῶν μερῶν τι σημαντικόν ἐστὶ κεχωρισμένον, ὡς φάσις ἀλλ’ οὐχ ὡς κατάφασις. (Aristóteles, *Peri Hermeneias* 16b25).

Entretanto, também podem ser analisados ainda que separados de uma proposição, pois significam algo. Termo suporta apenas as noções de “nome” e “verbo” do tratado *De Introductionibus*, sendo a voz significativa *ad placitum* simples ou incompleta, isto é, sem ligação com outros termos, que “significa ou a substância, ou a quantidade, ou a qualidade, ou a relação a algo, ou o fazer, ou o padecer, etc.”<sup>69</sup>. Diz-se do termo ser voz, para se estabelecer a diferença com os demais sons não vocais. É voz significativa porque representa algo ao ouvido, seja o nome “homem” ou um gemido, exemplifica Pedro Hispano, em oposição a “buba” que é voz não-significativa. Diz-se ser *ad placitum*, pois é instituído convencionalmente, em oposição à voz significativa por natureza. Finalmente, o termo é voz simples ou incompleta, em oposição à oração, que é voz composta ou complexa.

As propriedades dos termos são *significatio*, *suppositio*, *appellatio*, *copulatio*, *relativum*, *ampliatio*, *restrictio* e *distributio* (significação, suposição, apelação, copulação, relativo, ampliação, restrição e distribuição).

No presente capítulo nos deteremos na investigação das propriedades que se tornaram as mais importantes dentro do modelo lógico de Hipano. Assim, as investigaremos tendo em vista sua importância dentro da obra de nosso autor e tendo como objetivo o entendimento de suas proposições basilares. Para isso iremos investigá-las dividindo o presente capítulo em três seções. Na primeira analisaremos a *significatio* e a *suppositio*. Entrementes, para que tais noções se tornem claras, precisaremos percorrer, brevemente, a classificação da *suppositio* desenvolvida por nosso autor. Na segunda seção examinaremos a *apellatio*. Na terceira seção nos ocuparemos de investigar as propriedades decorrentes da

---

<sup>69</sup> [...] “aut significat substantiam, aut quantitatem, aut qualitatem, aut ad aliquid, aut facere, aut pati, et sic de aliis” (SL, VI, 1).

*suppositio: relativum; restricto e ampliatio; e distributio.* Passemos às nossas análises.

## 2.1 *Significatio e Suppositio*

Em primeiro lugar dentre as propriedades dos termos devemos falar da *Significatio*. Sua definição aparece no tratado *De Suppositionibus* da *Summulae Logicales*, como segue:

A significação do termo, como aqui é assumida, é a representação de uma coisa pela voz *secundum placitum*. Porque toda coisa ou é universal ou é particular, é mister que as expressões que não significam o universal nem o particular não significam alguma coisa. E assim não serão termos conforme ao que assumimos como ‘*terminus*’; assim como são termos os sinais universais e particulares<sup>70</sup>.

A passagem acima requer algumas observações. Primeiramente ela reforça o caráter convencional da linguagem, de modo que os termos são cunhados para representar coisas. Em segundo lugar, há uma dificuldade quanto ao uso de *particularis* fazendo referência a coisas, pois parece que o texto pretende reproduzir o que está no *Peri Hermeneias* de Aristóteles (7,17a39-17b): “Das coisas, umas são universais e outras singulares (chamo universal o que é natural que se predique de

---

<sup>70</sup> “*Significatio termini, prout hic sumitur, est rei per vocem secundum placitum representatio. Quare cum omnis res aut sit universalis aut particularis, oportet dictiones non significantes universale vel particulare non significare aliquid. Et sic non erunt termini prout hic sumitur ‘terminus’; ut sunt signa universalia et particularia*” (SL, VI, 2).

várias coisas e singular o que não o é, por exemplo, homem é um universal e Cárias um singular)”. Assim, Pedro Hispano, enquanto se refere a termos, parece usar *particularis* no lugar de καθ’ ἑκάστον, sendo “singular” e “particular” sinônimos. Entretanto, isso não ocorre em outro momento da obra, em que, para classificar os tipos de proposições, como vimos no tratado *De Introductionibus*, Pedro Hispano fala em *propositio universalis*, *propositio particularis*, *propositio indefinita* e *propositio singularis*<sup>71</sup>, desse modo ‘*particularis*’ e ‘*singularis*’ têm sentidos distintos. Finalmente, deve-se considerar que aqui Pedro Hispano usa *signa* no sentido de *dictiones* e não propriamente de sinais, pois, de acordo com as *SL*, I, 8, os *signa universalia* e os *signa particularia* não são termos, mas sim o que chamamos quantificadores.

Ponzio (2004, p. XVII) faz notar que “*Significatio* indica uma operação, uma atividade, cujo produto é a coisa significada ou representada”<sup>72</sup>, motivo por que não se deve entender *significatio* como significado. Isso ainda evidencia que a significação não é a própria coisa referida, ou a coisa representada, mas o movimento ou a ação de representar determinada coisa por um termo. Isso é feito pela representação de coisas através de substantivos, adjetivos e verbos.

São, pois, os próprios entes, sejam eles físicos ou mentais, isto é, tanto um objeto sensível quanto uma quimera, que recebem um substantivo que os denomina, ou adjetivos e verbos que os qualificam, mas a significação é algo diferente desse objeto significado. Escreve Pedro Hispano:

Uma é a significação de uma coisa substantivamente, e deve ser feita por um nome substantivo, como ‘*homem*’; outra é a

---

<sup>71</sup> Cf. *SL*, I, 8.

<sup>72</sup> “*Significatio* indica un’operazione, una attività, il cui prodotto è la cosa significata o rappresentata”.

significação de uma coisa adjetivamente, e deve ser feita por um nome adjetivo ou um verbo, como ‘*branco*’ ou ‘*corre*’.

Porque, propriamente, a significação não é substantiva ou adjetiva, mas algo é significado substantivamente e algo adjetivamente, porque a substantivação e a adjetivação são modos das coisas que são significadas e não da significação<sup>73</sup>.

Sobre isso, Ponzio (2004, p. 617) reforça que “*ciò fa anche comprendere che bisogna mantenere distinta la significatio, o representatio, dalla res significata o representata*”. Essa passagem permite uma referência ao que diz Aristóteles (*Da Interpretação*, I, 16a3-8):

Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos dos sons pronunciados. E, para comparar, nem a escrita é a mesma para todos, nem os sons pronunciados são os mesmos, embora sejam as afecções da alma – das quais esses são os sinais primeiros – idênticos para todos, e também são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são as imagens.

O que podemos observar a partir desses extratos é que, em Pedro Hispano, como em Aristóteles, as coisas são as mesmas para todos os homens, bem como as representações mentais daquelas. E Aristóteles aduz que entre o pensamento e a linguagem há uma relação simbólica, a linguagem (voz e letra) é símbolo (σύμβολα) do pensamento (τῶν τῆ ψυχῆ παθημάτων); entre o pensamento e o mundo (as coisas) (πράγματα) há uma relação de semelhança (ὁμοιώματα), enquanto as afecções da alma são representações das coisas; e, finalmente, entre o mundo e a

---

<sup>73</sup> “*Significationis alia est rei substantive et habet fieri per nomen substantivum, ut ‘homo’, alia est rei adiective et habet fieri per nomen adiectivum vel per verbum, ut ‘albus’ vel ‘currit’.* Quare proprie non est significatio substantiva vel adiectiva, sed aliquid significatur substantive et aliquid adiective, quia adiectivatio vel substantivatio sunt modi rerum que significantur, et non significationis” (SL, VI, 2).

linguagem existe uma relação semântica (σημαντικὴ κατὰ συνθήκην), uma vez que “o nome é um som articulado e significativo, conforme convenção”<sup>74</sup>, bem como disse Pedro Hispano no *De Introductionibus*. Vê-se, então, que as palavras e também a significação dependem de contextos culturais. Obviamente, não se está falando aqui de contexto proposicional, pois a significação é propriedade do termo sem ligação com qualquer outro. Meirinhos (2002, p. 350) sintetiza:

Significar é conotar ou tornar algo presente (re-presentar) de modo convencional através de um som articulado pela voz, isto é, decorre de cada língua e por isso reflecte uma relação variável e arbitrária entre as palavras e as coisas, quer estas sejam ou universais ou particulares, porque apenas pode existir significação do que existe.

Podemos agora, tendo caracterizado a *significatio*, passar para a *suppositio*, como faz Pedro Hispano. Diz ele:

Sem dúvida, suposição é a acepção de um termo substantivo no lugar de alguma coisa. Mas, suposição e significação diferem, porque a significação existe pela imposição da voz à coisa significada, suposição, verdadeiramente, é a acepção do mesmo termo, que já significa uma coisa, no lugar de alguma coisa. Como quando se diz ‘o homem corre’, este termo ‘homem’ supõe por Sócrates ou por Platão, e assim por diante. Por isso a significação é anterior à suposição. Não são iguais, porque significar é propriedade da voz, enquanto supor é do termo já, de certo modo, composto de voz e significação. Portanto, suposição não é significação<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> Ὄνομα μὲν οὖν ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ κατὰ συνθήκην (Aristóteles, *Peri Hermeneias* 2, 16a20).

<sup>75</sup> “*Suppositio vero est acceptio termini substantivi pro aliquo. Differunt autem suppositio et significatio, quia significatio est per impositionem vocis ad rem significandam, suppositio vero est acceptio ipsius termini iam significantis rem pro aliquo. Ut cum dicitur ‘homo currit’, iste terminus ‘homo’ supponit pro Sorte vel pro Platone, et sic de aliis. Quare significatio prior est suppositione. Neque sunt eiusdem, quia significare est vocis, supponere vero est termini iam quasi compositi ex voce et significatione. Ergo suppositio non est significatio*” (SL, VI, 3).

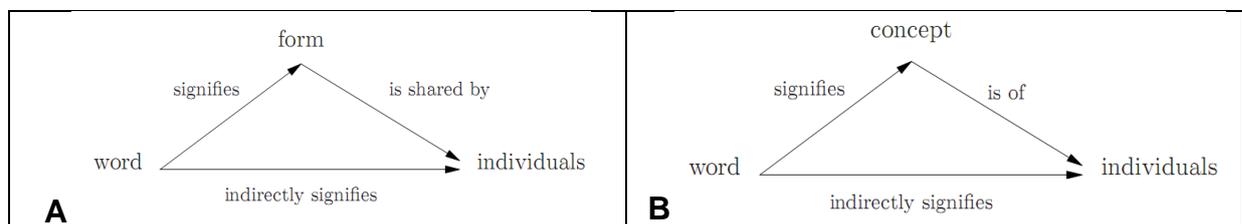
Convém ressaltar que Pedro Hispano, na passagem anterior, para enfatizar a diferença entre *significatio* e *suppositio*, não fala mais em significação dos termos (*significatio termini*), mas em significação como propriedade da voz (*significare est vocis*); ‘termo’ é explicitado definitivamente como algo composto por voz e significação (*compositi ex voce et significatione*), indicando que uma palavra qualquer só pode ser entendida como “termo” quando incide sobre ela uma significação. Já a *suppositio* é a imposição da palavra à coisa, de modo que o termo possa fazer referência a qualquer coisa adequada à significação do mesmo termo.

Sobre a relação entre *significatio* e *suppositio*, que observamos nessa passagem, Meirinhos (2002, p. 350) escreve: “A significação e a suposição são duas formas distintas da *acepção* ou relação do termo (ou palavra) ao seu referente”. E Morujão (2006, p. 311) explica que “em linguagem moderna diríamos: é o sentido – ou, por outras palavras, a *significatio* –, que garante a possibilidade da referência – ou seja, da *suppositio* –, e não a referência que garante a possibilidade do sentido”. Essa terminologia fregeana é bastante esclarecedora para compreendermos a relação entre *significatio* e *suppositio*, já que permite inferir uma relação de antecedência da significação à suposição, pois só é possível se referir com uma palavra a algo, quando aquela é compreendida, ou seja, quando a palavra tem sentido para o ouvinte. Frege (2009, p. 132) observa:

A conexão regular entre um sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que uma referência (um objeto) pode receber mais de um sinal. E ainda, um mesmo sentido tem em diferentes linguagens, ou até na mesma linguagem, diferentes expressões.

Considere-se, por exemplo, que os substantivos comuns, ou termos universais, “*homem*”, “*man*”, “*homo*” e “*άνθρωπος*”, embora sejam diferentes, representam, ou seja, significam, o mesmo ente para todos os homens que conheçam o sentido dessas palavras. Mas, supondo existir algum homem que, apesar de ser um homem e reconhecer seus semelhantes, nada entende com a palavra “*άνθρωπος*”, conclui-se que para este homem, a palavra “*άνθρωπος*” nada significa e, assim, não supõe por coisa alguma, ou se refere a qualquer coisa. Gabbay e Woods (2008, p. 187), considerando termos universais, representam a significação, tanto para a corrente realista quanto para a nominalista, por meio dos seguintes diagramas:

**Figura 6 – Diagramas para o realismo e o nominalismo**



Fonte: Gabbay e Woods, 2008, 187.

Os esquemas tratam da relação entre linguagem e mundo. Para o realismo (Figura A), as palavras, que são criadas convencionalmente, significam os seres individuais apenas indiretamente. As palavras significam, propriamente, as formas. Para o nominalismo (Figura B), as palavras significam os entes individuais indiretamente e são criadas por convenção. Elas significam os conceitos, que não existem fora da mente e são formulados a partir da observação da semelhança entre os indivíduos de uma mesma espécie.

Essas duas posturas podem ser aproximadas na teoria da *suppositio*, já que, pela suposição, um termo pode fazer referência a qualquer coisa adequada à

significação do mesmo termo, seja esta coisa uma palavra, um conceito ou forma, ou as coisas particulares que são significadas indiretamente pela palavra. Conforme esclarecem Gabbay e Woods (2008, p. 187):

Uma palavra significativa (uma que significa) pode ser usada numa proposição para representar alguma (ou algumas) coisa. Este ‘representar’ é a relação medieval de ‘suposição’. *Suppositio* é uma relação que uma palavra, que significa, tem dentro de uma proposição. Dependendo da proposição, uma palavra pode ‘supor por’ qualquer um dos três pontos do triângulo acima. Uma palavra pode ser usada para representar ela mesma, como em ‘Asno é um nome’, sua forma ou seu conceito relacionado, como em ‘Asno é uma espécie’, ou as coisas individuais que estão sob a forma ou o conceito, como em ‘[A] asno é um animal’<sup>76</sup>.

Nessa passagem, tomou-se um termo comum, “asno”, como exemplo. Essa palavra já significativa, em determinado contexto, assumiu diferentes suposições, dependendo da predicação que se lhe foi atribuída. “Asno” “está por”, respectivamente, a palavra, o conceito ou forma e os asnos individuais representados pelo conceito. Sobre isso, escreve Meirinhos (2002, p. 351):

A *suposição*, etimologicamente “estar no lugar de”, descreve a propriedade denotativa de um termo, que na proposição refere algo de modo permanente e por isso remete para um plano de relação constante e invariável entre palavras e coisas (entendidas estas como englobando substâncias, ou gêneros, ou espécies, ou indivíduos).

---

<sup>76</sup> A significant word (one which signifies) may be used in a proposition to stand for something, or for some things. This “standing for” is the medieval relation of supposition. Supposition is a relation that an already signifying word has within a proposition. Depending on the proposition, a word can supposit for any one of the three items in the diagrams above. It may be used to supposit for itself, as in ‘Donkey is a noun’, or for its related form or concept, as in ‘Donkey is a species’, or for the individual things that fall under the form or concept, as in ‘[A] donkey is an animal’.

Para além desse caráter de ocorrência da suposição na proposição, Pedro Hispano tem uma particularidade em relação a muitos dos outros filósofos que trataram desse tema no medievo. Há para ele a *suppositio naturalis* (trataremos dos tipos de *suppositio* no tópico seguinte), que Libera (1990, p. 37) caracteriza como uma relação semântica extra ou pré-proposicional. Enquanto que para a corrente dos lógicos de Oxford a suposição é definida como uma propriedade dos nomes substantivos que figuram na posição de sujeitos e uma variedade de significação distinguida por seu estatuto *exclusivamente* intraproposicional” (*ibidem*). E também Meirinhos (2002, p. 351), completa:

a suposição é uma propriedade contextual de tipo intraproposicional, uma vez que é na proposição que o termo está por alguma coisa. Contudo, com Pedro Hispano, tal como na lógica de tradição parisiense, subsiste um modo pré ou extraproposicional, a *suppositio naturalis*, ou suposição potencial, que indica a capacidade de um termo referir a totalidade dos seus supostos; por exemplo o termo “homem”, tomado em si mesmo, isto é, fora de uma proposição, tem uma referência extensional total porque refere a totalidade dos homens passados, presentes e futuros.

Entretanto, antes de tratarmos da classificação da *suppositio* para Pedro Hispano e algumas diferenças em relação a outros compêndios de lógica do mesmo período, convém algumas considerações gerais sobre o termo *suppositio* e sua origem.

Segundo Morujão (2006, p. 308):

Quanto ao termo *supponere*, registre-se a sua utilização, pela primeira vez, no século VI, pelo gramático Prisciano, nos *Institutionum Grammaticarum Libri*, significando a relação que o sujeito

gramatical mantém com o predicado numa frase declarativa: o sujeito “subjaz” ou está sob” o predicado.

Percebe-se que, inicialmente, “supor” é usado para indicar apenas uma relação intraproposicional, a relação que o sujeito da proposição mantém com o predicado. Já em um segundo momento, esse sujeito proposicional passa a ser tomado como substrato ontológico que recebe em si os acidentes. *Suppositio* é, ainda de acordo com Morujão (*ibidem*):

[...] o acto de pôr alguma coisa em posição de sujeito gramatical e não, ainda, o substrato ontológico do termo sujeito.

Porém, devido à influência das doutrinas filosóficas, rapidamente o sujeito da frase, ou seja, *id de quo fit sermo*, passa identificar-se com o substrato ontológico da própria frase. Nada mais natural, aliás, se pensarmos que o latim *suppositum* traduz o grego ὑποκείμενον, que, em Aristóteles, significa o suporte ontológico dos acidentes.

Essa análise da história do termo que culmina com a palavra *suppositio* também é apresentada por Kneale (1968, p. 256):

A palavra *suppositum* já ocorre na obra de Prisciano num passo no qual ela parece significar o mesmo que ‘indivíduo’ e durante toda a filosofia medieval a palavra reaparece muitas vezes com esse sentido. Foi talvez introduzida primeiro como a tradução do Grego ὑποκείμενον i. é., para significar um objecto do género que é suposto por todas as outras entidades e são [...] pressupostas quando se fala de qualidade, posição, relação, etc.

Dessa identificação entre sujeito proposicional e substrato ontológico, podemos, finalmente, apreender certa conformação entre linguagem e realidade para Pedro Hispano. O termo substantivo que é sujeito da frase representa algo que

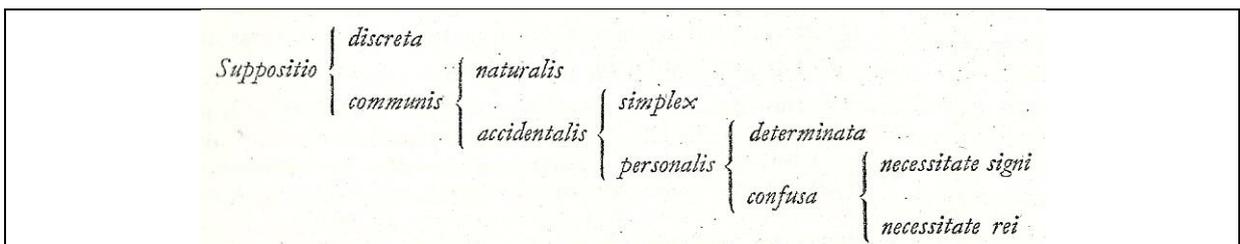
existe e que recebe as especificidades que se lhe forem impostas pelo predicado. Vejamos: “Em todo o caso parece que os substantivos e em geral todas as *dictiones substantivae* têm *suppositio* porque se pensa que elas representam as substâncias que suportam os acidentes expressos pelos adjectivo, participios e verbos” (*Introductiones*, p. 82 *apud* Kneale, 1968, p. 253).

Uma vez entendido esses elementos que definem tanto a significação quanto a suposição, torna-se necessário, para uma melhor compreensão da *suppositio*, analisarmos sua classificação. Realizaremos esse breve excuroso em nossa próxima subseção.

### 2.1.2 Classificação da *Suppositio*

A depender do objeto representado pelo sujeito, ou daquilo que o termo “está por” na proposição, a suposição recebe diferentes classificações. Meirinhos (2002, p. 351) observa que “a análise da *suppositio* consiste, sobretudo, em identificar os modos possíveis de referência de um termo”. Essas classificações da suposição para Pedro Hispano estão esquematizadas da maneira seguinte:

**Figura 7 – Esquema de classificação da *suppositio***



Fonte: Kneale, 1968, p. 268.

Como podemos ver, a suposição pode ser classificada de acordo com a seguinte subdivisão: comum (*communis*) ou particular (*discreta*); natural (*naturalis*) ou acidental (*accidentalis*); simples (*simplex*) ou pessoal (*personalis*); determinada (*determinata*) ou difusa (*confusa*); e difusa por necessidade do sinal (*necessitate signi*) ou por necessidade da coisa (*necessitate rei*).

A suposição comum é realizada por meio de um nome comum, por exemplo, ‘homem’. Conforme Morujão (2006, p. 313), “para a lógica medieval, todas as proposições universais afirmativas têm *suppositio*. (A que William of Sherwood chamará *suppositio personalis confusa* e Pedro Hispano *suppositio communis*)”. No interior das proposições universais afirmativas, o sujeito supõe (está por) por cada um dos individuais e, por isso, a proposição “todo homem é mortal” equivale logicamente à “ $x_1$  e  $x_2$  e  $x_3$  e...  $x_n$  são mortais, se  $x$  for homem”. Isso foi expresso por Morujão (ibidem), em linguagem de cálculo de predicados, pela fórmula:

**Figura 8 – Formalização da *Suppositio communis* para o cálculo de predicados**

$(\forall x) (Hx \rightarrow Mx) \equiv (\forall x) [(Hx_1 \wedge Mx_1) \wedge (Hx_2 \wedge Mx_2) \wedge \dots \wedge (Hx_n \wedge Mx_n)]$
Proposição universal afirmativa <sup>77</sup>

Fonte: Morujão, 2006, p. 313.

Já sabemos, pelo quadrado das oposições, que se uma proposição universal afirmativa é verdadeira, necessariamente, uma proposição particular afirmativa feita com os mesmos termos como sujeito e predicado também será verdadeira – que é expressa pela relação de “subalternação”. Assim, por exemplo, se “Todo homem é

<sup>77</sup> “Para todo  $x$  ( $\forall x$ ), se  $x$  é homem então  $x$  é mortal ( $Hx \rightarrow Mx$ )” isso equivale ( $\equiv$ ) a dizer que “Para todo  $x$  ( $\forall x$ ),  $x_1$  é homem e mortal ( $Hx_1 \wedge Mx_1$ ) e ( $\wedge$ )  $x_2$  é homem e mortal ( $Hx_2 \wedge Mx_2$ ) e ( $\wedge$ )  $x_3$  é homem e mortal ( $Hx_3 \wedge Mx_3$ ) e ( $\wedge$ ) ...  $x_n$  é homem e mortal ( $Hx_n \wedge Mx_n$ )”.

animal”, necessariamente, “Algum homem é animal”, pois essa proposição é subalterna àquela.

Oposta à suposição comum está a suposição particular, que vem por um termo singular, como ‘João XXI’, ou ‘Sócrates’, ou ‘este homem’. Havendo entre os interlocutores uma significação unívoca para os termos singulares, espera-se que eles se refiram a apenas um ente.

A suposição comum subdivide-se em natural ou accidental. Conforme Pedro Hispano, “a suposição natural é a acepção de um termo comum para todas as coisas que são aptas naturalmente para serem representadas por ele”<sup>78</sup>, por exemplo ‘homem’, que representa todos os homens que foram, são ou virão a ser, assim os universais supõem por todos os singulares que são por eles definidos.

Já a suposição accidental depende do complemento ou adjunto ligado ao nome, por exemplo, as expressões ‘o homem é’, ‘o homem foi’ e ‘o homem será’ supõem, respectivamente, todos os homens presentes, os que já passaram e os que ainda virão. As suposições accidentais são diversas, pois dependem da infinidade de termos que se juntam aos nomes. Elas subdividem-se em simples ou pessoal.

Sobre a suposição simples Pedro Hispano escreve que: “[...] é a acepção de um termo comum pela coisa universal significada por ele. Assim, quando se diz ‘o homem é uma espécie’ [...], o termo ‘homem’ representa homem em geral e não algum dos seus inferiores”<sup>79</sup>. Pela expressão ‘algum de seus inferiores’ (*aliquo inferiorum*), deve-se entender cada um dos indivíduos supostos pelo termo, como, por exemplo, Sócrates, Platão e João XXI são os inferiores para ‘homem’. Deve-se ainda observar, na suposição simples, a posição do termo comum, pois ele pode

<sup>78</sup> “*Suppositio naturalis est acceptio termini communis pro omnibus a quibus aptus natus est participari*” (SL, VI, 4).

<sup>79</sup> “*Simplex suppositio est acceptio termini communis pro re universali significata per ipsum. Ut cum dicitur ‘homo est species’ [...], iste terminus ‘homo’ supponit pro homine in communi et non pro aliquo inferiorum*” (SL, VI, 5).

estar posto no sujeito, como ‘*homem é espécie*’, ou no predicado afirmativo, como ‘*todo homem é animal*’ – neste caso o termo ‘animal’ representa a natureza do gênero ao qual pertence ‘homem’ –, ou depois de uma expressão indicando exceção, como ‘*todo animal, exceto o homem, é irracional*’. Ocorre uma falácia, caso, em um entimema, se pretenda fazer da suposição simples, que aparece na premissa, uma suposição pessoal na conclusão. Sobre isso, os exemplos de Pedro Hispano são: primeiro, “todo animal, exceto o homem, é irracional; logo todo animal exceto este homem”<sup>80</sup>. Segundo, “homem é uma espécie; portanto um certo homem é uma espécie”<sup>81</sup>. Terceiro, “todo homem é animal; portanto todo homem é este animal”<sup>82</sup>.

Oposta à suposição simples, a suposição pessoal é a aceção de um termo comum por seus inferiores. Assim, ‘homem’ numa proposição como ‘o homem escreve’ supõe por qualquer homem singular que escreve. Conforme Gabbay e Woods (2008, p. 187), “Suposição pessoal é o tipo comum de referência. Em ‘*Todo asno é um animal*’ a palavra ‘asno’ supõe por cada um dos asnos presentemente existente”<sup>83</sup>.

A suposição pessoal subdivide-se em determinada ou indeterminada (*confusa*). São exemplos de suposição determinada as sentenças ‘o homem corre’ (*homo currit*) e ‘algum homem corre’. Na primeira frase, o termo ‘homem’ é indefinido; no segundo exemplo, o termo ‘homem’ é definido pelo sinal particular ‘algum’. Sobre isso, Pedro Hispano escreve que “diz-se suposição determinada aquela que tem um termo comum suposto em sentido indefinido ou com um sinal

<sup>80</sup> ‘*omne animal preter hominem est irrationale; ergo omne animal preter hunc hominem*’ (SL, VI, 6).

<sup>81</sup> ‘*homo est espécies; ergo aliquis homo est specie*’ (SL, VI, 6).

<sup>82</sup> ‘*omnis homo est animal, ergo omnis homo est hoc animal*’ (SL, VI, 6).

<sup>83</sup> “Personal suppositionis the ordinary kind of reference. In ‘*Every donkey is an animal*’ the word ‘*donkey*’ supposits for each and every presently existing donkey”.

particular”<sup>84</sup>. É importante considerar que, nos exemplos anteriores, o verbo ‘*currit*’ está no aspecto *infectum*, dando a ideia de permanência da ação, continuidade, ação inacabada e, por isso, embora o termo ‘homem’ suponha por todos os homens, a verdade da sentença depende de, no momento em que ela é proferida, haver um homem correndo. Essa determinação temporal do termo impede que se conclua uma só suposição determinada a partir de várias, como no exemplo: “animal é Sócrates, animal é Platão, animal é Cícero, etc.; portanto animal é todo homem”<sup>85</sup>.

Já a suposição indeterminada (*confusa*) depende da utilização de sinais universais. Então, na frase “todo homem é animal”, “homem” supõe por qualquer homem, mediante o sinal universal “todo”. E é o sinal universal que deixa todos os homens subsumidos no conceito “homem”. Este tipo de suposição ainda pode ser classificado em “indeterminada por necessidade do sinal ou do modo”, quando, por exemplo, um sinal universal distribui a suposição pelos inferiores –, ou “por necessidade da coisa”, quando uma proposição expressa a essência do que é tomado no lugar do sujeito.

Finalizado o exame relativo à classificação da suposição, podemos nos ocupar do exame da apelação e de suas implicações. Esse será o escopo de nossa próxima seção.

---

<sup>84</sup> “*Determinata suppositio dicitur quam habet terminus communis indefinite sumptus vel cum signo particulari*” (SL, VI, 8).

<sup>85</sup> ‘*animal est Sortes, animal est Plato, animal est Cicero, et sic de aliis; ergo animal est omnis homo*’ (SL, VI, 8).

## 2.2 A *Appellatio* e os sentidos de “existência”

A *appellatio* é uma restrição à suposição, pois é a propriedade dos termos que se referem apenas a coisas que têm uma existência real. Conforme Pedro Hispano, “a apelação é a acepção de um termo comum por uma coisa existente. Digo ‘*por uma coisa existente*’, porque um termo que significa aquilo que não é, nada apela, como ‘*César*’, ou ‘*Anticristo*’, e ‘*quimera*’ etc.”<sup>86</sup>. É essa acepção exclusiva a coisas que existem que diferencia a apelação da suposição e da significação. Assim, o termo ‘Pégaso’, por exemplo, significa e supõe, mas não apela por nada. É, contudo, importante observar que universais como “homem” apelam em dois sentidos: tanto para indicar gênero e espécie – e assim podemos dizer que os universais existem – quanto indivíduos singulares.

A apelação é classificada em comum ou singular de acordo com o termo empregado para a referência da coisa existente. Assim, ‘homem’ é um termo comum e tem apelação comum; ‘Sócrates’ é um termo singular e tem apelação singular. Há ainda a apelação dos termos comuns quando considerados em geral e quando tomados por seus inferiores. Sobre o primeiro sentido, diz Pedro Hispano que “uma apelação do termo comum é aquela do termo comum pela mesma coisa em geral, como quando um termo comum tem uma suposição simples”<sup>87</sup>. Nesse caso, o termo comum significa, supõe e apela a mesma coisa. Quando se toma um termo comum por seus inferiores, há uma suposição pessoal. Conforme Pedro Hispano:

---

<sup>86</sup> “*Appellatio est acceptio termini communis pro re existente. Dico autem ‘pro re existente’, quia terminus significans non ens nichil appellat, ut ‘Cesar’ vel ‘Antichristus’ et ‘chimera’, et sic de aliis*” (SL, X, 1).

<sup>87</sup> “*Appellationis terminis communis alia est termini communis pro ipsa re in communi, ut quando terminis habet simplicem suppositionem* (SL, X, 3).

Outra apelação é a do termo comum por seus inferiores, como no caso em que o termo comum tem uma suposição pessoal. Assim, quando se diz ‘o *homo* corre’, ‘*homo*’ significa, supõe e apela coisas diferentes, pois significa homem em geral e supõe pelos homens particulares e apela pelos homens particulares existentes<sup>88</sup>.

Em contextos proposicionais, a cópula pode ser usada no sentido de ‘existência’ e isto indicará que o termo apela por algo. Segundo Delgado (1977, p. 20), “A *appellatio* é um caso particular, quando a cópula ‘é’ da proposição predicativa indica a existência, como aparece nas *Summulae* de Pedro Hispano”<sup>89</sup>.

Examinados os elementos referentes à apelação e os sentidos de existência por ela implicados, torna-se importante, para compreendermos como as propriedades dos termos se organizam no modelo de Hispano, analisarmos as propriedades decorrentes da suposição. Iniciemos tal empresa na próxima seção.

### 2.3 As propriedades decorrentes da *Suppositio*

Decorrentes da teoria da *suppositio*, vêm as demais propriedades dos termos. Elas ocupam os últimos livros da *Summulae Logicales*. A *appellatio*, tema do Tratado X, também depende da suposição, mas preferimos destacá-la juntamente com a

---

<sup>88</sup> “*Alia autem est termini communis pro suis inferioribus, ut quando terminus communis habet personalem suppositionem. Ut cum dicitur ‘homo, currit’, tunc ‘homo’ non idem significat et supponit e appellat, sed significat hominem in communi et supponit pro particularibus hominibus et appellat particulares homines existentes*” (SL, X, 4).

<sup>89</sup> La *appellatio* es un caso particular, cuando la cópula es de la proposición predicativa indica la existencia, como sucede en las *Summulae* de Pedro Hispano”.

significação e a suposição, devido à explicação do caráter próprio de “existência” nele presente.

Examinaremos quatro noções importantes, a saber: *relativum*, *restrictio* e *ampliatio*, *distributio*. Esses serão os objetos das subseções que compõe a presente discussão.

### 2.3.1 *Relativum*

Pedro Hispano inicia o tratado *De Relativis* distinguindo dois tipos de termos relativos: o primeiro, que é apenas mencionado no tratado, representa a relação de uma coisa com outra, é uma das dez categorias; o segundo, objeto do tratado, são expressões que representam, na oração, os termos que as antecedem, como pronomes relativos, anafóricos e dêiticos. Diz Pedro Hispano:

O relativo é duplo. Em um sentido, é aquilo cujo ser consiste no estar em certa relação com qualquer outra coisa. Assim o relativo é uma das dez categorias. Por outro lado, o relativo é também a recordação da coisa anteposta, pois, como pretende Prisciano, na parte menor da sua obra, a relação é a recordação da coisa anteposta. Como em: ‘Sócrates, *que* discute, corre’; o relativo ‘*que*’ faz referência a Sócrates, que é a coisa anteposta<sup>90</sup>.

Os relativos são classificados em: relativos da substância, como ‘*que*’ (*qui*), ‘*aquele*’ (*ille*), ‘*outro*’ (*alius*); e relativos do acidente, como ‘*tal*’ (*talis*), ‘*qual*’ (*qualis*),

---

<sup>90</sup> “*Relativum est duplex. Uno enim modo est relativum cuius esse est ad aliud quodammodo se habere; et sic relativum est unum de decem predicamentis. Alio autem modo relativum est rei antelate recordativum, quia, ut vult Priscianus in minori volumine, relatio est rei antelate recordatio. Ut hic: ‘Sortes currit, qui disputat’; hoc relativum ‘qui’ facit recordationem de Sortes, qui est res antelata”* (SL, VIII, 1).

'tanto' (*tantus*), 'quanto' (*quantus*). Os relativos da substância são subdivididos em: "relativos da identidade, como 'que', 'aquele'; e outros em relativos da diversidade, como 'outro', 'todos os outros', e semelhantes"<sup>91</sup>. Chamam-se "relativos da identidade" as expressões que supõem pela mesma coisa da expressão antecedente a ela como, no exemplo de Pedro Hispano, "'Sócrates, que discute, corre'; o relativo 'que' traz consigo [o termo] Sócrates e supõe por Sócrates"<sup>92</sup>. Relativos da identidade como 'que', Pedro Hispano chama de "nome"; relativos como 'aquele' (*ille*) e 'mesmo' (*mesmo*) são chamados pronomes. Outra distinção ainda é feita para os relativos da identidade: "alguns são recíprocos como 'de se', 'para si', 'se', 'por si', outros não são recíprocos como 'que', 'aquele', 'o mesmo'"<sup>93</sup>. Os relativos recíprocos fazem o termo que representa o sujeito da oração estar também no "modo do passivo" (*modum patientis*). Em outras palavras, o relativo recíproco faz o agente da oração voltar sobre si a ação expressa pelo verbo que ele mesmo exerce, como na frase "Sócrates se vê" (*Sortes videt se*).

Sobre os relativos da substância da diversidade, Pedro Hispano escreve:

Relativo da diversidade é aquele que supõe por um outro, a respeito do qual se refere, como 'Sócrates corre e outro discute'; este relativo 'outro' rememora Sócrates e supõe por outro que não é Sócrates, porque o sentido é 'Sócrates corre e outro discute por Sócrates; e assim revoca Sócrates'<sup>94</sup>.

Além dos relativos da substância há os relativos do acidente. Diz Pedro Hispano que "o relativo do acidente é aquele que leva consigo a mesma coisa

<sup>91</sup> "*relativa idemptitatis, ut 'qui' 'ille' quedam vero relativa diversitatis, ut 'alter', 'reliquus', et consimilia*" (SL, VIII, 2).

<sup>92</sup> "'Sortes currit, qui disputat'; hoc relativum 'qui' refert Sortem et supponit pro Sorte" (SL, VIII, 3).

<sup>93</sup> "*Relativorum idemptitatis quedam sunt reciproca, ut 'sui', 'sibi', 'se', 'a se', alia vero relativa non reciproca ut 'qui ille', idem'*" (SL, VIII, 3).

<sup>94</sup> "*Relativum diversitatis est quod supponit pro alio ab eo quod refert, ut 'Sortes currit et alius disputat'; hoc relativum 'alius' refert Sortem et supponit pro alio a Sorte disputat; et ita facit recordationem de Sorte*" (SL, VIII, 10).

através da denominação, como *'tal'*, *'qual'*, e semelhantes<sup>95</sup>, como quando se diz “Sócrates é branco tal Platão”. Os relativos do acidente também são classificados em relativos da identidade, por exemplo, “Sócrates é branco como Platão”, e da diversidade, por exemplo, “Sócrates é branco e de outro modo é Platão”. Os relativos da identidade no acidente expressam a qualidade, como *'tal'* e *'qual'*, ou a quantidade, como *'tanto'* e *'quanto'*.

Finalizados os apontamentos referentes à propriedade *'relativum'*, passemos a analisar a *'restrictio'* e a *'ampliatio'*.

### 2.3.2 *Restrictio* e *Ampliatio*

A restrição, como a ampliação, é uma das subdivisões da suposição pessoal. “A restrição é a redução de um termo comum de uma suposição maior a uma menor. Assim, quando se diz *'o homem branco corre'*, o adjetivo *'branco'* restringe *'homem'* que supõe apenas pelos homens brancos<sup>96</sup>. Os sujeitos de uma proposição são restringidos por um nome, um verbo, um particípio e uma implicação. Para cada uma dessas classificações, os exemplos de Pedro Hispano são, respectivamente: “homem branco” (*homo albus*); “o homem corre” (*homo currit*); “o homem que corre discute” (*homo currens disputat*); e “o homem que é branco corre” (*homo qui est albus currit*).

Pedro Hispano descreve três maneiras de se restringir uma suposição por meio de um nome. A primeira ocorre quando se liga um termo de menor

<sup>95</sup> “*Relativum autem accidentis est quod refert rem eandem per modum denominationis, ut 'tale', 'quale', et consimila*” (SL, VIII, 16).

<sup>96</sup> “*Restrictio est coarctatio termini communis a maiori suppositione ad minorem. Ut cum dicitur 'homo albus currit', hoc adiectivum 'albus' restringit 'hominem' ad supponendum pro albis*” (SL, IX, 2).

abrangência a um de maior abrangência, por exemplo, ao se dizer ‘animal-homem’ a palavra ‘animal’ supõe apenas pelos homens. A segunda é a atribuição da característica essencial da espécie a um determinado gênero, por exemplo, quando se diz ‘animal racional’, a palavra ‘animal’ supõe apenas pelos homens. E a terceira restrição dá-se pela ligação de um adjetivo ao substantivo, como na expressão ‘homem branco’ o termo ‘homem’ supõe somente pelos que são brancos.

A ampliação também é uma propriedade das suposições pessoais e ocorre quando o termo comum de uma suposição ganha maior extensão de particulares sobre si por meio de verbos, advérbios, participios e outros nomes. Como exemplifica Pedro Hispano:

Das ampliações, uma é feita pelo verbo, como o verbo ‘*pode*’ em ‘*o homem pode ser Anticristo*’; outra pelo nome, como ‘*é possível que o homem seja Anticristo*’; outra pelo participio, como ‘*o homem é tendente a ser Anticristo*’; pelo advérbio, como ‘*o homem é necessariamente animal*’; ‘*homem*’ de fato é ampliado não só no modo de compreender o tempo presente, mas também o futuro<sup>97</sup>.

É própria de alguns verbos a ampliação, como na sentença ‘*o homem pode ser branco*’ (*homo potest esse albus*). Nesta, por meio do verbo ‘*pode*’, o termo ‘*homem*’ foi ampliado, supondo pelos homens brancos presentes e pelos que serão. Quando consideramos a ampliação que é feita pelo advérbio, como em ‘*o homem é necessariamente um animal*’ (*homo necessario est animal*), dizemos haver uma ampliação devido ao tempo, pois a relação entre o sujeito ‘*homem*’ e o predicado ‘*animal*’ está enfatizada agora e no futuro pelo advérbio ‘*necessariamente*’.

---

<sup>97</sup> “*Ampliationum autem alia fit per verbum, ut per hoc, verbum ‘potest’, ut ‘homo potest esse Antichistus’; alia per nomen, ut ‘hominem esse Antichistum est possibile’; alia per participium, ut ‘homo est potens esse Antichistus’; alia per adverbium, ut ‘homo necessario est animal’; ‘homo’ enim ampliatur non solum pro presenti tempore, sed etiam pro futuro*” (SL, IX, 3).

Examinados essas propriedades resta-nos o exame da ‘*distributio*’, o qual nos ocuparemos agora.

### 2.3.3 *Distributio*

A última propriedade dos termos apresentada por Pedro Hispano é a distribuição. “A distribuição é a multiplicação de um termo comum por meio de um sinal universal”<sup>98</sup>. Há os sinais universais distributivos da substância, como ‘todo’ e ‘nenhum’; e distributivos do acidente, como ‘qualquer que seja’, ‘quantos sejam’. Os sinais universais são expressões sincategoremáticas, portanto, nada significam, não são universais nem particulares. Contudo, Pedro Hispano explica que “‘*todo*’ (*omnis*) não significa um universal, mas significa universalmente, pois significa que um termo comum é assumido por qualquer coisa que esteja no seu significado”<sup>99</sup>. Conforme Aristóteles, “‘*todo*’ não significa o universal, mas que se toma universalmente”<sup>100</sup>. O sinal “nenhum” também significa universalmente como “todo”, porém com a negação. O sinal “nada”, por sua vez, é a distribuição negativa da palavra coisa, pois “nada” significa “nenhuma coisa”.

No presente capítulo examinamos as propriedades dos termos que são o centro da investigação na estrutura da *logica modernorum*. Fizemos isso tendo em vista não o contexto geral da *logica modernorum*, mas, sim, o contexto que tais elementos assumem dentro da estrutura das *Summulae Logicales* de Pedro Hispano.

<sup>98</sup> “*Distributio est multiplicatio termini communis per signum universale facta*” (SL, XII, 1).

<sup>99</sup> “‘*omnis*’ non significat universale, sed quoniam universaliter, quia significat terminum communem sumi pro omni” (SL, XII, 5).

<sup>100</sup> τὸ γὰρ πᾶς οὐ τὸ καθόλου σημαίνει ἀλλ’ ὅτι καθόλου (Aristóteles, Peri Hermeneias, 7,17b12).

Findo esse trabalho, agora podemos nos deter no tratado dos *syncategoreumata* dentro da obra de nosso autor, aspecto esse central no objetivo de nossa dissertação. Esse será o escopo de nosso próximo capítulo da presente empresa.

### 3. O TRATADO SYNCATEGOREUMATA

O tratado sobre os Syncategoremas, na visão de L.M. de Rijk, foi escrito por Pedro Hispano no norte da Espanha ou sul da França, mesma região em que foram escritas as *Summulae Logicales* e quando o autor já não mais estava na universidade de Paris, por volta de 1235-1245. O texto é composto por introdução e dez tratados: I – Composição; II – Negação; III – Sobre palavras exclusivas; IV – Sobre palavras que indicam exceção; V – Sobre palavras consecutivas; VI – Sobre os verbos ‘começar’ e ‘cessar’; VII – Sobre as palavras ‘necessário’ e ‘contingente’; VIII – Conjunções; IX – Sobre ‘quanto’, ‘quam’ e ‘quicquid’; X – Sobre respostas. Quantificadores, operadores lógicos, verbo de ligação (cópula) são syncategoremas.

Juntamente com a teoria das propriedades dos termos, o estudo dos elementos syncategoremáticos é uma novidade da Lógica medieval, como notam Gabay e Woods (2008, p. 282):

No começo do século XIII, havia duas teorias que os lógicos pensaram e que não derivava de Aristóteles. A primeira foi a que veio a ser chamada ‘propriedades dos termos’ e a outra foi a discussão sobre as expressões syncategoremáticas. Sob o título ‘propriedades dos termos’ os lógicos trataram da significação e da suposição, chamados termos categoremáticos. [...]. O Under the hea heading ‘properties of terms’ the logicians of the time dealt with signification and supposition of so called categorematic terms. [...]. O estudo das expressões syncategoremáticas foi desenvolvido em um gênero literário separado e tanto Pedro Hispano quanto Guilherme de Sherwood escreveram tratados sobre os *Syncategoreumata*<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> At the beginning of the thirteenth century there where two theories that logicians thought about as not deriving from Aristotle. The first was what came to be called the properties of terms and the other was the discussion of syncategorematic terms. Under the hea heading ‘properties of terms’ the

Para que possamos entender a novidade posta pelo estudo dos *syncategoreumata*, dividiremos nossa investigação em duas seções: a primeira que estudará o significado das expressões sincategoremáticas; a segunda que irá proceder à análise de algumas das expressões sincategoremáticas apresentadas na obra homônima de Pedro Hispano.

Iniciemos o estudo de tais seções.

### 3.1 O significado das expressões sincategoremáticas

Já nas *Summulae Logicales* Pedro Hispano se refere às expressões sincategoremáticas, pois elas são, juntamente com os termos, o objeto de que se ocupam os dialéticos. No tratado *De Introductionibus* diz: “o dialético considera duas partes da oração, a formada pelo nome e pelo verbo, e a outra chamada sincategoremática, que é consignificativa”<sup>102</sup>. Essas expressões, embora não signifiquem, se agregadas aos termos numa oração, a modificam logicamente, ou seja, dada uma proposição categórica qualquer, o seu sentido pode ser modificado pelo acréscimo de expressões que, se consideradas isoladamente, não têm significação, como os sinais universais, quantificadores, “todo” e “nenhum”.

---

logicians of the time dealt with signification and supposition of so called categorematic terms. [...]. The treatment of syncategorematic terms developed into a separate literary genre and both Peter of Spain and William of Sherwood wrote treatises on *Syncategoreumata*.

<sup>102</sup> “[...] *dialecticus ponit duas partes orationis tantum, scilicet nomem et verbum, alias vero partes appellat sincathegoremata, idest consignificativa*” (SL, I, 5).

Os elementos sincategoremáticos também aparecem na construção da proposição hipotética que, conforme Pedro Hispano, “é aquela que tem duas proposições categóricas principais como suas partes, por exemplo ‘se o *homem corre*, o *homem se move*’”<sup>103</sup>. As principais expressões que fazem a ligação entre as proposições são “se”, “e” e “ou”, os operadores lógicos, que representam, respectivamente, as operações: condicional, conjunção e disjunção. Segundo observa Kneale (1968, p. 239): “Syncategoremata são palavras como ‘e’, ‘ou’, ‘não’, ‘se’, ‘todo’, ‘algum’, ‘só’, e ‘excepto’ que não podem funcionar como termos mas são de importância especial em lógica porque mostram a forma das frases declarativas”. Dependendo da ocorrência de operadores lógicos, poderemos determinar: se uma proposição é categórica ou hipotética, ou seja, qual é a substância da proposição; se uma proposição é afirmativa ou negativa, isto é, qual é a qualidade; e se ela é universal, particular, indefinida ou singular, ou seja, a quantidade.

Nos *Syncategoremata* a definição de “expressões sincategoremáticas” parte da noção de verdade da proposição como adequação do que é dito com o que há, para em seguida mostrar que ao utilizarem-se tais expressões, delas dependerá a verdade ou a falsidade da proposição. Conforme Pedro Hispano, “dizem-se palavras sincategoremáticas as relações ou modos de ser do sujeito enquanto pode ser sujeito e do predicado enquanto pode ser predicado”<sup>104</sup>.

Dessa definição geral, passa-se a investigar os sincategoremata especificamente, sendo os primeiros o ‘ser’ (*est*) e o ‘não’ (*non*), pois estes, segundo Pedro Hispano, são conhecidos *per se*, já que, na definição ou descrição das ‘palavras sincategoremáticas’ o *est* e o *non* fazem parte, como na palavra “só”, que

<sup>103</sup> “*Propositio ypotetica est illa que habet duas propositiones cathgoricas principales partes sui, ut ‘si homo currit, homo movetur’*” (SL, I, 16).

<sup>104</sup> “[*Et tales dispositiones significantur per] dictiones sincategorematicas; dicunt enim comparationes sive habitudines subiecti in quantum subicibile et predicati in quantum predicabile*” (Sync., Introductio, 2).

pode ser descrita por “não com outra coisa”<sup>105</sup>. Entre o *est* e o *non*, o *est* deve ser anteriormente tratado “porque a afirmação precede a negação assim como a posse precede a privação”<sup>106</sup>.

Entendido o significado das expressões sincategoremáticas, torna-se preemente o estudo e uso de tais expressões realizados por Pedro Hispano. Entretanto, nossa investigação, tendo em vista o objetivo proposto em nossa introdução, fará tal investigação somente em sua obra intitulada *Syncategoremata*.

Iniciemos tal estudo na próxima seção.

### **3.2 Análise de algumas expressões sincategoremáticas na obra *Syncategoremata* de Pedro Hispano**

Tendo uma compreensão geral sobre o que são os elementos sincategoremáticos, passamos a uma exposição das partes da obra *Syncategoremata*. Preferimos, entretanto, omitir o livro IX – *De ‘quanto’, ‘quam’ et ‘quicquid’* – haja vista que se ocupa dessas expressões com ênfase nas características da gramática da língua latina. Como exemplo consideremos a palavra ‘*quam*’, usada para construir sentenças comparativas, que é apresentada por Pedro Hispano, a partir das regras de combinação de ‘*quam*’ com palavras nos casos nominativo e ablativo. Esse tipo de análise, por não estar em foco em nosso estudo, foi deixado para estudos posteriores.

---

<sup>105</sup> “*non cum alio*” (*Sync.*, *Introductio*, 5).

<sup>106</sup> “*quia affirmatio prior est negatione sicut habitus privatione*” (*Sync.*, *Introductio*, 5).

Na presente seção nos ocuparemos em analisar nove expressões sincategoremáticas, apresentadas pelo autor na obra supracitada, que seguirão a seguinte ordem analítica em nossa seção: composição; negação; palavras exclusivas; palavras que indicam exceção; expressões consecutivas; os verbos ‘começar’ e ‘cessar’; as palavras ‘necessário’ e ‘contingente’; as conjunções; os elementos para a resposta na ‘*disputatio*’. Ao terminar o exame de cada uma dessas expressões, a ser realizado em subseções distintas, acreditamos que termos cumprido o objetivo de nossa dissertação. Iniciemos tais análises.

### 3.2.1 Composição

A composição diz respeito à categoria da relação e indica tanto composição de coisas (*rerum*) quanto de modos de significar (*modorum significandi*). Para o primeiro caso há cinco modos distintos: forma e matéria, como alma e corpo; acidente e sujeito, como negro e homem; faculdade e aquilo a que pertence, como inteligência e alma; partes e todo, como ponto e linha; diferenças e gênero, como espécies em relação a seu gênero. Para a composição de modos de significar Pedro Hispano diz que “[...] concerne ao gramático, segundo o qual há a composição de qualidade e substância nos substantivos e, no particípio e no verbo, a composição do ato com a substância”<sup>107</sup>. Esta passagem, presente já no início do tratado *De compositione*, é bastante importante porque faz entrever uma teoria da definição que se torna mais explícita no capítulo três desse mesmo tratado, que sintetiza: “Todo

---

<sup>107</sup> “*Compositio vero modorum significandi pertinet ad gramaticum secundum quod in nomine est compositio qualitatis cum substantia et participio et in verbo compositio actus cum substantia*” (Sync, I, 1).

nome significa [a composição] de substância com qualidade”<sup>108</sup>. Ora, já sabemos que os sincategoremas não significam isoladamente, já sabemos que eles não representam quaisquer coisas ou “supõem por” quaisquer entes. No entanto, para se formular as definições dos termos, sejam substantivos, verbos ou participios, os sincategoremas necessariamente aparecem.

Quanto aos substantivos, cuja significação envolve substância e qualidade, Pedro Hispano dá o exemplo de “homem”, que significa “coisa que tem humanidade” (*res habens humanitatem*), sendo *res* a substância e *humanitas* a qualidade. Entretanto, por um silogismo, a contraditória ocorre, ou seja, diz-se que um nome não é composto por qualidade e substância. Isso é solucionado por Pedro Hispano, considerando que uma mesma palavra pode significar diferentes coisas quando uma coisa é “*ratio intelligendi*” da outra, da seguinte maneira:

Neste modo, um nome significa substância com qualidade. Pois a qualidade de um nome é a “*ratio*” ou “*principium intelligendi*” do nome e sua substância. E assim a qualidade é significada pelo nome como um “*principium intelligendi*”. A substância, então, é significada pelo nome como aquilo que é compreendido por sua qualidade. E, porque um é compreendido através do outro, não há diferentes significados neste caso, mas apenas um<sup>109</sup>.

Como já dissemos, também há composição nos verbos e participios, mas esta é a composição de um ato com uma substância. Para o caso do participio Pedro Hispano dá uma prova por indução, a saber:

---

<sup>108</sup> “*Omne ergo nomen significat substantiam cum qualitate*” (*Sync*, I, 3).

<sup>109</sup> “*Et hoc modo nomen significat substantiam cum qualitate. Qualitas enim nominis est ratio sive principium intelligendi ipsum nomen et suam substantiam. Et sic qualitas significatur per nomen ut principium intelligendi. Substantia vero significatur per ipsum nomen ut quod intelligitur per ipsam qualitatm. Et quia unum intelligitur per alterum, ideo non sunt ibi diverse significationes sed una*” (*Sync*. I, 6).

O particípio '*legens*' significa um ato com uma substância indefinida; '*legens*' é pois 'o que lê'. Mas 'o que' indica uma substância indefinida. Então nela compreende-se uma substância indefinida e um ato determinado. E esses dois são unidos. Portanto, '*legens*' tem em si a composição do ato unido com a substância e o mesmo ocorre para os demais particípios<sup>110</sup>.

Claramente, neste exemplo encontramos mais uma vez a relação entre os sincategoremas e os termos para que estes possam ser definidos. O particípio, como sabemos, é forma nominal do verbo, assim, como ocorre naquele também ocorre neste, pois a ação representada por um verbo sempre vem acompanhada pela compreensão de um sujeito que pratica esta ação, seja ele definido ou indefinido na sentença.

Entretanto a composição no verbo traz consigo, segundo Pedro Hispano, algumas dificuldades pelo fato de que o ato significado pelo verbo está sempre em referência a um sujeito, como se no próprio verbo não já estivesse a composição de ato e substância. Isso dá margem a possíveis objeções (que já são antecipadas no tratado e respondidas), mas estas só ocorrem caso o interlocutor desconsidere importantes conclusões da teoria da suposição, pois nesta já está claro que primeiramente o verbo (como também o substantivo e o particípio) recebe significação e posteriormente é que supõe por outras coisas, como quando um verbo é empregado numa proposição referindo-se a seu sujeito.

Então, cientes dessa teoria da suposição, podemos simplesmente dizer que a composição no verbo precede sua inclinação para um sujeito? Não, pois "um ato tem dupla inclinação para a substância"<sup>111</sup> de modo que se o ato está sendo tomado

---

<sup>110</sup> "*Hoc participium 'legens' actionem significat cum substantia infinita; 'legens' enim est 'qui legit'. Sed 'qui' dicit substantia infinita et actus determinatus. Et hec duo unita sunt. Ergo 'legens' habet in se compositionem actus uniti cum substantia; et sic de aliis participiis specialibus*" (Sync. I, 14).

<sup>111</sup> "[...] *actus habet duplicem inclinationem ad substantiam*" (Sync. I, 20).

como acidente em um sujeito, a inclinação é precedente à composição. Já se o ato é um acidente, que naturalmente concerne a um sujeito, mas não está *em* nenhum sujeito, então a composição é precedente.

Finalizado o exame da ‘composição’, iniciemos a análise da ‘negação’.

### 3.2.2 Negação

Após a composição, Pedro Hispano se ocupa da negação, porque esta se relaciona com aquela. Inicialmente convém ressaltar que ‘negação’ é uma palavra equívoca, à medida que chamamos ‘negação’ a uma proposição negativa, mas também ao sinal usado para negar algo acerca de algo. Neste segundo sentido há uma subdivisão a ser considerada: negação pode ser tomada substantivamente, ou como ação, ou, finalmente, como um sinal singategoremático, por exemplo ‘não’, ‘nem’<sup>112</sup>. Este sinal é empregado ora para negar palavras singulares, seja um nome, como em ‘não-homem’, seja em um verbo como ‘não corre’, ora para negar expressões complexas.

Vimos anteriormente que há a composição da qualidade com a substância e do ato com a substância – enquanto o ato é um acidente na substância ou enquanto o ato é concernente à substância. Da mesma maneira há uma negação apropriada a cada tipo de composição.

Após essa exposição geral o tratado vai considerar cada tipo de negação de palavras individualmente. Os tipos são três:

---

<sup>112</sup> Cf. *Sync.* II, 1.

A negação de uma palavra que remove a qualidade de uma substância, produzindo um nome indefinido (como ‘não-homem, ‘não-asno’); a que remove, da substância, o ato unido com uma substância, produzindo um particípio indefinido (como ‘que-não-corre’, ‘que-não-lê’); a que remove (ou priva) o ato da substância interna do verbo (como ‘não-corre’, ‘não-lê’) [...] <sup>113</sup>.

No primeiro caso, quando a negação torna um nome indefinido, surge o problema de se este nome é empregado para o que é e para o que não é, em consonância com Aristóteles no *Peri Hermeneias* 2,16a30-5. Para defender essa perspectiva, Pedro Hispano argumenta que existem dois tipos de composição em termos como ‘homem’. A composição de forma e matéria e a composição da diferença específica com o ente (primeiro predicável). Para cada uma dessas composições há uma negação oposta, ambas representadas pela expressão ‘não-homem’. Sendo removida a composição de diferenças com o ente, este ainda permanece e tal negação se trata de um termo privativo. Por outro lado, a remoção da composição de forma e matéria, também significada pela expressão ‘não-homem’, é a remoção do ser atual, restando apenas um ser potencial ou na mente, de modo que ‘não-homem’ é chamado termo negativo, predicado do que é e do que não é. Em suma, escreve Pedro Hispano:

Diz-se, pois, que um nome pode ser indefinido em dois sentidos, como foi mostrado. Um modo é segundo privação; e assim ‘não-homem’ apresenta o ente, removendo o conjunto de diferenças do primeiro predicável. Assim ‘homem’ e ‘não-homem’ são opostos como privação e posse e são predicados apenas de ente. Por outro lado, um nome pode ser indefinido segundo a negação. Assim ‘não-

---

<sup>113</sup> “[...] *quedam enim est que removet qualitatem a substantia, faciens nomen infinitum (ut ‘non-hom’, ‘non-asinus’) et est alia que actum unitum substantie removet a substantia, faciens participium infinitum (ut ‘non-currens’, ‘non-legens’), tertia vero actum distantem a substantia exteriori removet sive privat a substantia intra, faciens verbum infinitum (ut ‘non-currit’, ‘non-laborat’) [...] (Sync. II, 5).*”

homem' nada apresenta e é um termo negativo, de modo que 'homem' e 'não-homem' se opõem como afirmação e negação e são predicados do que é e do que não é [...] <sup>114</sup>.

Em segundo lugar observa-se a negação que faz de um verbo um verbo indefinido. Como no caso anterior, Pedro Hispano observa se um verbo indefinido pode ser dito de tudo que é e do que não é como propôs Aristóteles no *Peri Hermeneias* 3,16b11-2.

Além dos três tipos de negação de termos, há a negação também nas frases complexas, que produz uma oração indefinida. Isso ocorre quando o escopo da negação não é um ou cada um dos termos da oração, mas esta como um todo.

Assim como o nome 'homem' tem significação dupla, a saber geral e específica (a significação do geral é substância com qualidade, enquanto da específica é *esta* substância que é homem), e como no verbo a significação também é dupla, a saber, geral e específica (a geral significa o agir ou sofrer ação, enquanto a específica significa *este* agir ou *este* sofrer ação, como ler ou ser lido, ferir ou ser ferido), – de maneira semelhante a composição é dupla, a saber geral e específica <sup>115</sup>.

Pela negação de uma sentença tem-se uma contradição. Há dois sentidos de contradição, primariamente e por consequência. Assim, conforme exemplifica Pedro Hispano, a frase 'Sócrates está correndo' tem como sua contraditória primária

<sup>114</sup> "Dicendum ergo quod nomen dupliciter potest infinitari, ut ostensum est. Quia uno modo secundum privationem; et sic 'non-homo' ponit ens, removendo aggregationem differentiarum a primo predicabili. Et sic 'homo' et 'non-homo' opponuntur ut privatio et habitus et predicantur solum de ente. Alio autem modo potest nomen infinitari, scilicet secundum negationem. Et sic 'non-homo' opponuntur ut affirmatio et negatio et predicantur de quolibet quod est et quod non est [...]" (Sync. II, 13).

<sup>115</sup> "Sicut hoc nomen 'homo' duplicem habet significationem, scilicet generalem et specialem (generalis significatio est significare substantiam cum qualitate, specialis vero significare hanc substantiam que est homo), et sicut in verbo duplex est significatio, scilicet generalis et specialis: (generalis est significare agere vel pati, specialis vero significare istum actum vel istam passionem, ut legere vel legi, percutere vel percuti), – similiter duplex est compositio, scilicet generalis et specialis" (Sync. II, 22).

‘Sócrates não está correndo’, conseqüentemente, esta oração é contraditória a ‘Não ocorre que Sócrates não está correndo’, sendo esta última oração equivalente à primeira.

Finda a análise referente à ‘negação’, cabe-nos investigar o uso das ‘palavras exclusivas’.

### 3.2.3 Palavras exclusivas

“Somente” (*tantum*) e “só”, “único” (*solus*) são palavras exclusivas e o tratado que delas se ocupa está claramente resumido em sua introdução. Neste, Pedro Hispano quer responder:

Primeiramente, ‘por que uma palavra é chamada exclusiva e o que uma palavra exclusiva significa’; em segundo lugar, ‘quais e quantas são as causas da exclusão exigidas para ser uma exclusão’; terceiro, quantas são as partes ou tipos de exclusão; quarto, descendendo para uma certa causa da exclusão, nomeadamente, para aquela que é excluída, que coisas são essas que devem ser excluídas; quinto e último, qual a diferença entre ‘*tantum*’ e ‘*solus*’ quanto a suas formas de exclusão<sup>116</sup>.

Para a primeira questão há duas respostas: “uns dizem que uma palavra é chamada exclusiva porque significa exclusão. A resposta contrária considera a teoria da *suppositio*. Ora, a significação da palavra é diferente da suposição, desse modo se o ato de uma palavra exclusiva é a exclusão, então ela não é chamada exclusiva

---

<sup>116</sup> “*Circa quas primo queritur propter quia dicatur dictio exclusiva et quida significet dictio exclusiva; secundo quod et que sint cause exclusionis que exiguntur ad esse exclusionis; tertio quot sunt partes sive species exclusionis; quarto queritur, descendendo ad quandam causam exclusionis, scilicet ad illud quod excluditur, que sint ea que debent excludi; quintum et ultimum erit de differentia harum dictionum ‘tantum’ et ‘solus’ in suis exclusionibus*” (Sync. III, 1).

porque significa exclusão. Pedro Hispano segue essa segunda via, pela qual uma palavra é dita exclusiva porque realiza exclusão e não porque significa exclusão. Então qual é o significado de palavras exclusivas? “[...] uma privação da conexão do todo com uma parte”.

A segunda pergunta é “quantas e quais são as causas da exclusão”. A isto se responde de forma direta: são quatro, a saber 1) aquilo que é excluído; 2) aquilo de que é excluído; 3) aquilo a respeito de que é excluído; 4) o ato de excluir<sup>117</sup>. Por exemplo: “Apenas Sócrates corre”. Nesta sentença os demais homens são excluídos em relação a Sócrates quanto ao ato de correr.

Em terceiro lugar reflete-se sobre “quantos são os tipos de exclusão”. São dois, exclusão geral e específica, de acordo com a significação do termo a que o sincategorema está unido. Como exemplo, Pedro Hispano apresenta a oração “Apenas Sócrates está correndo”. Caso o sentido dessa frase seja “Sócrates está correndo e nenhum outro ser” há uma exclusão geral. Sendo o sentido da proposição “Sócrates está correndo e nenhum outro homem” ou “Sócrates está correndo e nenhum outro animal” temos exclusão específica<sup>118</sup>, pois tanto homem quanto animal não são gêneros generalíssimos.

A quarta questão, “que coisas devem ser excluídas”, é subdividida em sete aspectos:

a) Se uma palavra exclusiva adicionada a ‘ser’ pode excluir alguma coisa. Ex. ‘Só o ser é, portanto nada mais é. E o mesmo problema vem se esta expressão é adicionada a outras palavras convertíveis com ‘ser’, como ‘alguma coisa’, ‘um’ e ‘coisa’. O problema numa sentença como a mencionada acima é que não haveria qualquer sentido em usar uma palavra exclusiva juntamente a ‘ser’, pois não há

---

<sup>117</sup> Cf. *Sync.* III, 8.

<sup>118</sup> Cf. *Sync.* III, 19.

como excluir qualquer coisa do ser. Contudo, Pedro Hispano vê uma saída e defende que a exclusão neste caso não é de uma essência, pois tudo que é essencial concerne ao ser, e sim a respeito da suposição natural, pois alguns termos também supõem por 'não seres', isso no sentido de que alguns termos não têm *appellatio*.

b) Se uma palavra exclusiva que se junta a um gênero superior exclui outro gênero. Ex. 'Apenas a substância; portanto não a qualidade, ou o contrário. Para esta questão Pedro Hispano considera que há duas respostas. Caso o gênero generalíssimo da substância seja tomado como abstração, o uso de uma palavra exclusiva com ele de fato exclui os demais gêneros, já se esta categoria é considerada concretamente, não há exclusão, pois a substância primeira não ocorre sem acidentes. E isto faz nascer outro problema, quando se toma qualquer uma das outras nove categorias, seja abstrata ou concretamente, sempre se supõe a categoria da substância em que elas inerem, assim, o uso de palavras exclusivas provocaria a contradição de dizer que há e não há substância ao mesmo tempo.

c) Se uma palavra exclusiva está unida a uma espécie de uma categoria, pode excluir uma espécie de outra categoria. Ex. 'somente o homem; portanto não cor ou brancura'. Isso ocorre porque cor e brancura não são tomadas como acidentes de homem, mas como substantivos abstratos.

d) Se uma palavra exclusiva está unida a uma espécie de uma categoria, pode excluir outra espécie da mesma categoria. Ex. 'somente o homem; portanto não o cavalo', 'somente a cor, portanto não a ciência'. Essa questão se mostra mais evidente para Pedro Hispano porque a união de uma palavra exclusiva com uma espécie de uma categoria exclui as outras espécies do mesmo gênero.

e) Se uma palavra exclusiva está unida a um termo acidental, exclui outro termo acidental. Ex. 'Somente colorido; portanto não sonoro'. Isso ocorre, mas com a restrição de que não são excluídos os acidentes de que dependem o que está unido à palavra exclusiva.

f) Se uma palavra exclusiva está unida a um contrário, exclui o outro em qualquer tipo de oposição. Ex. 'Apenas branco; portanto não preto', 'apenas vê'; portanto não é cego'.

g) Se uma palavra exclusiva está unida a uma parte, exclui o todo, ou vice-versa. Ex. 'Apenas a parede; portanto não a casa', 'apenas a casa; portanto não a parede'. Essa assertiva dependerá do tipo de acidente envolvido na sentença, pois caso o acidente pertença somente ao todo, o uso de uma palavra exclusiva restringindo-o excluirá suas partes. Mas os acidentes podem também pertencer só às partes e não ao todo, ou a ambos, de modo que se a palavra exclusiva estiver relacionada com o todo não exclui suas partes necessariamente<sup>119</sup>.

Finalmente, a quinta questão visa explicar as diferenças entre '*tantum*' e '*solus*'. Esta é, grosso modo, o adjetivo 'só', 'sozinho', e, conforme Pedro Hispano, sempre exclui a partir de algo expresso no caso gramatical. Já o advérbio '*tantum*', além de excluir a partir de algo expresso no termo a que se relaciona, também exclui o que é expresso pela ação do verbo.

Depois de termos investigado o uso das 'palavras exclusivas', cabe-nos, dentro do que propusemos no início dessa seção, analisarmos 'as palavras que indicam exceção'. Isso será realizado na próxima subseção.

---

<sup>119</sup> Cf. *Sync.* III. 24-68.

### 3.2.4 Palavras que indicam exceção

São *dictiones exceptivae* (palavras que indicam exceção), *preter* (salvo, exceto), *preterquam* (além de que, de mais que, mais do que) e *nisi* (se não, a não ser). Estas expressões introduzem sentenças que servem como contra-exemplo à proposição geral a que se relaciona, ou seja, elas efetuam uma exceção. Três elementos são requeridos para formular uma exceção: aquilo de que se exclui, aquilo que é excluído e o aspecto sobre o qual é excluído, esses três realizados por outros dois, o sincategorema e o ente que formula a exceção.

Deve-se considerar que a exceção é feita a partir de um nome universal tomado universalmente, que supõe por uma multiplicidade de coisas em ato, não apenas potencialmente. E isso faz nascer a questão: uma proposição em que há exceção é universal ou singular?

Partindo da definição de proposição universal conforme Aristóteles nos *Primeiros Analíticos*, Pedro Hispano conclui que proposições em que há exceção não podem ser universais, “pois não significam conter algo que é em todos ou em nenhum, já que põe contra exemplos em algo ou em certas coisas”<sup>120</sup>, e como há a presença de quantificação, a sentença também não pode ser dita indefinida. Nessa perspectiva a proposição em que há exceção seria considerada singular. Entretanto “universal” pode ser tomado em dois sentidos: um tipo completo outro incompleto.

No segundo caso, as “proposições exceptivas” são ditas universais, como indicando que proposições universais não supõem por cada um dos singulares. Já no primeiro caso nenhuma proposição em que há exclusão é universal. Ora, se a proposição é universal, então é possível construir um silogismo a partir dela, pois ela

---

<sup>120</sup> “*Sed propositio exceptiva non significat inesse omni aut nulli, quia ponit instantiam in aliquo vel in aliquibus*” (Sync. IV, 25).

é móvel. Do contrário, se a proposição é singular, é imóvel, e não se pode fazer um silogismo a partir dela. Entretanto, o silogismo construído a partir de uma proposição em que há exceção não pode usar o termo acompanhado da “palavra exceptiva” como termo médio, tampouco repeti-lo na conclusão.

Assim, conforme exemplifica Pedro Hispano, o seguinte silogismo não faz qualquer sentido:

Todo homem, exceto Sócrates, está correndo;  
 Platão é homem;  
 Portanto Platão, exceto Sócrates, está correndo<sup>121</sup>.

E isso não quer dizer que não se pode construir um argumento em que há expressões indicativas de exceção, pois com as mesmas premissas também se pode concluir algo verdadeiro, como:

Todo homem, exceto Sócrates, está correndo;  
 Platão é homem;  
 Portanto Platão está correndo<sup>122</sup>.

Para finalizar o tratado, Pedro Hispano discorre sobre a morfologia das palavras ‘*preter*’, ‘*preterquam*’ e ‘*nisi*’, que indicam exceção, mostrando porque são preposições e não advérbios, além de apresentar o erro de quem toma advérbio e preposição como sinônimos. Convém ainda considerar que, em todo o livro, Pedro Hispano usa apenas exemplos com a palavra ‘*preter*’, pois considera que ‘*preterquam*’ e ‘*nisi*’ se comportam como ela.

---

<sup>121</sup> “*Omnis homo preter Sortem currit; sed Plato est homo; ergo Plato preter Sortem currit*” (Sync. IV, 27).

<sup>122</sup> “*Omnis homo preter Sortem currit; sed Plato est homo; ergo Plato currit*” (Sync. IV, 28).

Dando continuidade ao nosso exercício analítico, depois de esclarecidos os pontos referentes ao uso das ‘palavras que indicam exceção’, iremos investigar na próxima subseção o uso das ‘expressões consecutivas’.

### 3.2.5 Expressões consecutivas

O tratado *De dictionibus consecutivis* aborda a condicional sobre cinco aspectos, conforme sua introdução:

o primeiro é “o que ‘se’ significa”; o segundo é “quantos tipos de consecução ou consequência existem”; o terceiro é “se na condicional se pode fazer sob o antecedente ou consequente uma descendente”; o quarto é “como se dá a contraditória da proposição contraditória”; e o quinto é “se de uma contradição qualquer coisa decorre”<sup>123</sup>.

À primeira questão – o que significa a palavra ‘se’ – Pedro Hispano concorda com os que defendem que ela significa causalidade ou antecedente, mas não significa consequência. Isso vai se confirmar com a análise dos sentidos de ‘causa’. Em um sentido, ontológico, causa é o que constitui o ente, como corpo e alma são causas do homem. Em outro sentido, linguístico, causa é o que implica determinada consequência. Isso é evidente numa proposição condicional, em que o antecedente é a causa do consequente, e num argumento, pois as premissas são a causa da

---

<sup>123</sup> “*De qua primo queritur quid significet; secundo quot sint species consecutionis sive consequentie; tertio utrum in conditionalis contingat fieri descensum sub antecedente vel consequente; quarto qualiter sumatur contradictoria propositionis conditionalis; quinto utrum impossibile antecedit ad quidlibet sive ex impossibili sequatur quidlibet*” (Sync. V, 1).

conclusão<sup>124</sup>. Percebe-se que na noção de causa já está a de antecedência, de modo que causalidade e antecedência significam uma única coisa.

Apresentado o significado de ‘se’, considera-se quais os tipos de consecução. Existem algumas inferências em que o antecedente e o conseqüente são simultâneos, e, para essas, o exemplo de Pedro Hispano é “Se é homem, então é animal”, e outras em que há relação de anterioridade de um em relação ao outro. A partir da compreensão dos tipos de proposições condicionais é possível chegar a duas máximas de construção de silogismos, a saber: 1) “o que decorre do conseqüente, decorre do antecedente”<sup>125</sup>, 2) “o que é antecedente do antecedente é também do conseqüente”<sup>126</sup>. Além dessas máximas, uma sequência de regras para formação de argumentos é apresentada. Por exemplo, a regra de contrariedade (Se Sócrates é animal então é mortal, portanto se Sócrates não é mortal então não é animal); o uso de termos comuns distribuídos em singulares (Ex. Se todo homem é mortal, então Sócrates é mortal, Platão é mortal etc.) e a regra *modus ponens*.

A quarta questão diz respeito a construção de proposições condicionais contraditórias através do escopo da negação inserida numa proposição condicional qualquer. Isso é resolvido e resumido na regra: “sempre que uma negação é colocada antes de alguma proposição, tanto categórico quanto condicional, forma-se a proposição contraditória à anterior”<sup>127</sup>. Ou seja, para chegar à contraditória de uma condicional, deve-se pôr toda a operação sob o escopo da negação<sup>128</sup>.

---

<sup>124</sup> Cf. *Sync.* V, 4.

<sup>125</sup> “*quiquid sequitur ad consequens, sequitur ad antecedens*” (*Sync.* V, 14).

<sup>126</sup> “*quicquid antecedit ad antecedens, antecedit ad consequens*” (*Sync.* V, 14).

<sup>127</sup> “*quotienscumque negatio preponitur alicui propositioni tam categorice quam conditionali, semper contradicit ei*” (*Sync.* V, 38).

<sup>128</sup> Os mais familiarizados com a Filosofia da Linguagem contemporânea, ao verem tal exposição de Pedro Hispano, devem logo lembrar da explicação de Russell no texto “*Da Denotação*”, que constrói proposições contraditórias deslocando o sinal da negação para que toda a sentença esteja sob sua abrangência.

A quinta questão, finalmente, explica o princípio da explosão, pelo qual a partir de uma contradição qualquer coisa decorre.

O próximo passo a ser dado por nossa análise é a investigação do uso dos verbos 'começar' e 'cessar'.

### 3.2.6 Os verbos 'começar' e 'cessar'

A significação dos verbos começar e cessar depende do termo a que eles se relacionam, pois considera se este se refere a coisas permanentes ou coisas contínuas. Diz-se das coisas permanentes que o ser é completo; todas as suas partes têm ser ao mesmo tempo, elas são sempre anteriores às coisas sucessivas; contêm seus próprios limites; e existem completamente desde a sua geração à sua corrupção. São exemplos de coisas permanentes: homem, pedra, linha etc. Já as coisas contínuas ou sucessivas têm seu ser incompleto; todas as suas partes não têm ser ao mesmo tempo, mas sucessivamente; são naturalmente posteriores a coisas permanentes, de onde procedem como efeitos; não contêm seus próprios limites; e não existem completamente do princípio ao fim. São exemplos de coisas sucessivas o movimento e o tempo<sup>129</sup>.

A partir da distinção entre coisas sucessivas e permanentes, pode-se expor os sentidos dos verbos ora analisados. Conforme Pedro Hispano

[...] O sentido do verbo 'começar' em combinação com coisas permanentes é *isto é e antes não era*, por exemplo, 'Isto começa a ser branco' significando *Isto é branco e antes não era*. [...] Já em combinação com coisas sucessivas, é exposto como *isto é agora*

---

<sup>129</sup> Cf. *Sync.* VI, 3.

*pela primeira vez ou isto não é, mas depois será* (como ‘Isto começa a se mover’ significando *isto não está se movendo, mas depois mover-se-á*)<sup>130</sup>.

O verbo ‘começar’, então, relacionado a coisas permanentes “elimina o passado e afirma o presente”, e relacionado a coisas sucessivas “elimina o presente e afirma o futuro”<sup>131</sup>.

Análise semelhante é feita por Pedro Hispano na sequência do livro para os casos do verbo ‘cessar’, como segue:

O verbo ‘cessa’, com coisas permanentes é exposto como *isto é agora pela última vez* ou *isto é e não mais será* (exemplo, ‘Isto deixa de ser branco’, ou seja, *isto é agora branco pela última vez* ou *isto é branco e não mais será*), e deste modo põe o presente e priva o futuro. Com coisas sucessivas, por sua vez, é exposto como *isto foi agora pela última vez* ou *isto não é, mas antes foi* (como, ‘ele parou de correr’, que significa *ele não está correndo, mas antes disto estava*), e assim elimina o presente e afirma o passado<sup>132</sup>.

Entendida a significação dos verbos ‘começar’ e ‘cessar’, é a vez de analisarmos as palavras ‘necessário’ e ‘contingente’. Tal análise será feita na próxima subseção.

<sup>130</sup> “[...] ratio huius verbi ‘incipit esse permanentibus est ista, scilicet est et ant hoc non fuit, ut ‘incipit esse albus’: est albus et ante hoc non fuit albus. [...] Cum rebus autem successivis exponitur sic: nunc primo est; vel sic: non est sed post hoc erit (ut ‘incipit moveri’: non movetur sed post hoc movebitur)” (Sync. VI, 5).

<sup>131</sup> Cf. Sync. VI, 5.

<sup>132</sup> “Sed hoc verbum ‘desinit’ cum permanentibus exponitur sic: nunc ultimo est vel sic: est et de cetero non erit (ut ‘desinit esse albus’: nunc ultimo fuit vel sic: est albus et de cetero non erit albus); et sic ponit presens et privat futurum. Cum rebus autem successivis exponitur sic: nunc ultimo fuit vel sic: non est sed ante hoc fuit (ut ‘desinit currere’: non currit sed ante hoc cucurrit) et sic privat presens et ponit preteritum” (Sync. VI, 5).

### 3.2.7 As palavras 'necessário' e 'contingente'

Com essas expressões são formadas as sentenças modais. A palavra 'necessário' pode ser definida a partir da definição de ser necessário que é “aquilo que não pode ser de outro modo”, contudo isso não deve ser confundido com “o que não pode ser de outro modo agora, no futuro e no passado”, pois apenas a causa primeira é necessária em si mesma, sendo todas as outras coisas causadas. “A palavra 'contingente', por sua vez, se tomada absolutamente, não recebe definição por ser equívoca e nada do que é equívoco tem uma definição”<sup>133</sup>.

Fala-se em 'necessidade' quanto ao modo e quanto ao ser. Pela inserção da palavra 'necessário' (necessariamente) à sentença, esta será necessária, mesmo que trate de algo contingente, como na frase “Sócrates necessariamente está correndo”. Isso é bastante diferente de proposições como “Um homem é um animal”, que, mesmo sem a presença do sincategorema, expressa algo que é necessário.

De algo necessário pode-se predicar algo contingentemente, por exemplo quando se predica de 'homem' a cor do cabelo ou o fato de estar correndo. Contingente também é dito em oposição a 'necessário', e indica a possibilidade de algo expresso numa sentença ser ou não o caso, considerando que umas coisas são mais prováveis que outras.

As expressões necessário, necessariamente, possível, possivelmente ampliam a *suppositio* dos termos a que se relacionam, como já vimos acima, no subitem 2.3.2. Para finalizar as análises realizadas no livro, Pedro Hispano dispõe as regras para conversão de proposições em que há modalidade.

---

<sup>133</sup> Cf. *Sync.* VII, 2.

Entendido o uso das palavras necessário, as palavras dela derivadas, e contingente, resta-nos focar nosso olhar na análise que nosso autor faz das conjunções. Nos ocuparemos de tais elementos na próxima subseção.

### 3.2.8 Conjunções

Já se tratou de conjunções, por exemplo, nos livros sobre expressões consecutivas e sobre palavras que indicam exclusão. No VIII livro dos *Syncategoreumata*, contudo, Pedro Hispano se ocupa mais detalhadamente dessa classe gramatical, que constitui os operadores lógicos.

As primeiras conjunções a serem tratadas são as que Pedro Hispano chama, gramaticalmente, ‘conjunção interrogativa’ – ‘*an*’, ‘*-ne*’, e ‘*utrum*’ (‘ou’, ‘se’, ‘por ventura’, ‘acaso’, ‘se... não’), usadas quando há “dúvida sobre a inerência ou a composição do ato com a substância”<sup>134</sup>. Estas conjunções são, numa linguagem lógica, disjuntivas e requerem que apenas um dos disjuntivos de uma oração seja verdadeiro, por exemplo na sentença “Por um acaso ou por vontade divina”<sup>135</sup>, o ‘ou’ é exclusivo.

Em segundo lugar apresenta-se a conjunção disjuntiva ‘*vel*’ (ou), que não contém o sentido interrogativo como ‘*an*’ e relaciona dois seres sobre o mesmo aspecto, o qual será pertencente a apenas um dos seres, pois “numa disjunção duas coisas são exigidas, a saber, as coisas que são disjuntas e aquilo em relação a que são disjuntas”<sup>136</sup>.

<sup>134</sup> “[...] *dubitamus de inherentia vel de compositione actus cum substantia*” (*Sync.* VIII, 4).

<sup>135</sup> “*Casu quodam an divinitus*” (Suetônio in Saraiva, 2006, p. 72).

<sup>136</sup> “[...] *duo exiguntur, scilicet ea que disiunguntur et illud respectu cuius est disiunctio*” (*Sync.* VIII, 23).

A terceira conjunção tratada é a copulativa ‘*et*’ (e). Conforme Pedro Hispano, “a conjunção ‘e’ primeiramente e *per se* indica a simultaneidade de um acidente em mais de um sujeito, ou mais de um acidente em um só sujeito, como em “Sócrates e Platão são brancos” ou “Sócrates está sentado e discutindo”<sup>137</sup>.

Em seguida observa-se a conjunção ‘*nis*’ (exceto), que já foi mencionada entre as “palavras que indicam exceção”, enquanto quer dizer ‘não com isso’. Aqui ela é compreendida consecutivamente, pois é a combinação de ‘*si*... ‘*non*’ (se... não, a não ser que).

Pedro Hispano trata ainda de dois tipos de conjunção, as chamadas reduplicativas – como ‘*eoquodo*’ (enquanto, na medida em que), por exemplo na sentença “enquanto o sol ilumina a terra, é dia”<sup>138</sup> – e a conjunção consecutiva ‘*quin*’ (de tal forma que... não).

Finalizada as conjunções cabe-nos o exame dos elementos para a resposta na ‘*disputatio*’, aspecto que analisaremos na última subseção do presente capítulo.

### 3.2.9 Elementos para a resposta na ‘*disputatio*’

O último livro dos *Syncategoremata* retoma alguns elementos já tratados nos livros sobre os tópicos, sobre as refutações sofisticas e sobre os silogismos. Isso porque enfatiza a importância do interrogante (oponente) para a formulação da resposta em uma disputa. Ora, o que questiona deve ter conhecimento do *topos* da sua pergunta; coerência na articulação das proposições e das perguntas a serem

<sup>137</sup> “[...] *coniunctio ‘et’ dicit primo et per se simultatem plurium subiectorum in uno accidente de pari quantum est de se, vel plurium accidentium in uno subiecto, ut ‘Sortes et Plato sunt albi’ vel ‘Sortes sedet et disputat’*” (*Sync.* VIII, 40).

<sup>138</sup> Cf. *Sync.* VIII, 69.

feitas sobre o tópico conhecido; clareza na transmissão para o respondente; e articulação do seu discurso de modo a persuadir, às respostas por ele desejadas – sejam elas conclusões verdadeiras ou falaciosas –, o interlocutor<sup>139</sup>. Contudo fica estabelecido que não se espera de um interlocutor uma resposta por meio de uma falácia *ad hominem*, mas uma solução *ad orationem*, que permite observar se a conclusão de um argumento é, de fato, decorrente das premissas e se alguma premissa do argumento é falsa.

Por fim Pedro Hispano observa que, de acordo com a conclusão de um silogismo, é possível defini-lo como universal ou particular, devendo-se também considerar os casos em que há conversibilidade na conclusão do silogismo, que já tratamos no item 1.4.4. Ainda sobre os silogismos, apresenta-se os dois modos correntes na Idade Média para o teste da sua validade, a saber: a redução *ad impossibile* e a conversão para os quatro primeiros modos da primeira figura. É o constante exercício de argumentação por meio de silogismos que forma o bom respondente.

---

<sup>139</sup> Cf. *Sync.* X, 1.

## CONCLUSÃO

Pedro Hispano conclui os *Syncategoreumata* como um mestre exorta seus discípulos, enaltecendo a necessidade do constante exercício da *disputa* para a construção de argumentos fortes pelo oponente e pelo respondente e para a capacidade de identificação de falácias numa argumentação. Isso nos permite concluir o caráter didático das suas duas obras lógicas, de que nos ocupamos nesta dissertação.

As *Summulae Logicales* e os *Syncategoreumata* são como um *órganon*, como um instrumento para a prática argumentativa. O conjunto dessas duas obras perpassa importantes temas para a filosofia, especialmente nos ramos da Lógica e da Filosofia da Linguagem, abrangendo questões sintáticas e semânticas.

Esses tratados são fundamentais para a compreensão da *Logica modernorum* e da história da lógica em geral. Como pudemos ver no primeiro capítulo desse trabalho, mesmo as glosas em seis livros das *Summulae Logicales* trazem aspectos que não se reduzem à lógica aristotélica, como a metodologia dos versos mnemônicos, importantes para o contexto da escolástica, a delimitação de problemas lógicos e ontológicos a partir da análise da *Isagoge* e, fundamentalmente, toda a apropriação e construção de conceitos para desenvolver a teoria da *suppositio*. Pela observação desses seis tratados, foi possível apreender os conceitos necessários à investigação das *proprietates terminorum*, como os de nome, verbo e proposição, além do valor do silogismo na *disputatio*.

É na disputa que as falácias aparecem e a partir das falácias *in dictione* que as relações entre ontologia e linguagem se tornam mais evidentes, pois as falácias

surgem da equivocação de algumas palavras, que significam entes de distintos gêneros. Isso vai obrigar um estudo mais cuidadoso dos termos e suas propriedades, fazendo nascer a teoria da *suppositio*.

No segundo capítulo, notamos que para se compreender o que é 'suposição', deve-se primeiramente compreender o que é significação, da mesma forma que, inicialmente, uma significação deve ser atribuída a uma palavra e, posteriormente, essa mesma palavra, que significa algo, pode ser empregada no lugar de algum existente, ou 'supor por' algo.

A significação é a propriedade da representação da coisa pela palavra. As palavras, que são cunhadas convencionalmente, representam as coisas tratadas em um discurso, fazendo com que este seja compreendido por quem conheça os seus termos. Assim, sons vocais podem ter significação para uns e não ter para outros homens, por exemplo, é possível que existam falantes de diversas outras línguas para as quais a palavra "homem" não significa nada. *Significatio* é, então, o ato de representar coisas com palavras, sendo as coisas de fato existentes, seja como conceito, forma ou singular no mundo.

Os termos substantivos podem ser empregados numa proposição para referir diversas coisas, ou mesmo, às vezes, isoladamente um termo comum refere seus inferiores, ou seja, a cada um dos individuais que são indiretamente significados por ele. Essa propriedade da referência é a que os medievais, inclusive Pedro Hispano, chamam suposição (*suppositio*). Supor é representar ou "estar por". Por exemplo, na proposição "homem é uma palavra", o termo "homem" representa a própria palavra. Mais que a referência, a suposição indica o modo da referência, e, por isso, é feita uma classificação da suposição em: particular – feita pelos nomes próprios e pelos termos comuns determinados por pronomes como "este homem"; e comum, que é a

suposição feita pelos termos comuns. A suposição comum é classificada em: natural, que é um tipo de suposição extraproposicional; e acidental, que supõe de acordo com o tempo do verbo da proposição. A suposição acidental se ramifica em: simples, que não supõe pelos particulares abarcados pelo termo, mas apenas pela coisa universal; e pessoal, que ocorre quando um termo supõe por cada um dos indivíduos significados indiretamente pelo termo comum. A suposição pessoal subdivide-se em: determinada, quando o termo está precedido por um sinal universal ou é indefinido; e confusa, quando o termo está precedido por um sinal universal. A suposição confusa é analisada de acordo com a necessidade do sinal ou com a necessidade da coisa, por exemplo, na proposição “todo homem é animal”, o sinal “todo” faz com que o termo “homem” seja suposto por todos os homens, dessa forma a suposição é analisada de acordo com a necessidade do sinal; quando, por outro lado, observa-se a “animalidade” como essencial no homem, e isso está apresentado pelo verbo “é”, diz-se que a suposição se deu pela necessidade da coisa.

Pedro Hispano apresenta ainda as propriedades relação (*relatio*), ampliação (*ampliatio*), apelação (*appelatio*), restrição (*restrictio*), distribuição (*distributio*), que são desenvolvimentos da suposição. Dessas, a apelação pode ser definida da mesma maneira que a suposição, porém aquela refere apenas as coisas existentes materialmente, de modo que “bode-veado”, significa e supõe, mas não apela nada. As outras propriedades ocorrem mediante a aglutinação de expressões ou outros termos à oração, conferindo maior ou menor abrangência ao termo da suposição.

Sabemos que além dos termos, as proposições são compostas por elementos sincategoremáticos, com os quais nos ocupamos no terceiro capítulo. O estudo desses sinais mostrou-se indispensável para um estudo da linguagem, até mesmo

porque, como observamos, para se definir um termo, seja um nome, verbo ou particípio, lança-se mão de sincategoremas. Além disso, nota-se que a utilização desses elementos de maneira inadequada na construção de proposições e argumentos cria dificuldades na argumentação dos disputantes.

Por fim convém ressaltar que, hodiernamente, ainda persiste uma tensão entre lógica e ontologia, entre linguagem e mundo, questões semânticas reaparecem nas nossas discussões filosóficas e, inclusive, ganharam muita força especialmente no século XX. Nesse contexto, Pedro Hispano foi pouco mencionado, entretanto somos forçados a ponderar, a partir de suas obras aqui expostas, que convém revisitá-lo, seja para uma compreensão do liame histórico do problema da linguagem, seja para percebermos sua atualidade frente à face analítica da filosofia.

## REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. v. 2. Paraíso. Edição bilingue. Trad. Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 90.

ANGIONI, Lucas. **Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Trad. Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

\_\_\_\_\_. **Da Interpretação**. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

\_\_\_\_\_. Refutações Sofísticas. In: \_\_\_\_\_. **Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações Sofísticas**. Trad. Edson Bini. 2. ed. Bauru, SP: Edipro, 2010.

DE BONI, Luis Alberto. **A entrada de Aristóteles no ocidente medieval**. Porto Alegre: EST Edições: Editora Ulysses, 2010.

DE RIJK, L.M. **Logica Modernorum: a contribution to the history of early terminist logic**. v. 1. On the twelfth century theories of fallacy. Assen: Van Gorcum, 1962.

\_\_\_\_\_. **Logica Modernorum: a contribution to the history of early terminist logic**. v. 2. The origin and early development of the theory of supposition. Assen: Van Gorcum, 1967.

\_\_\_\_\_. **Introduction**. In: Peter of Spain. **Tractatus, Called Afterwards Summulae Logicales**, First Critical Edition from the Manuscripts with an Introduction by L.M. de Rijk. Van Gorcum, Assen: Van Gorcum, 1972. (Philosophical Texts and Studies, 22)

DELGADO, Vicente Muñoz. **Introduccion al patrimonio escolastico de logica**. In. Cuadernos Salmantinos de Filosofia. 2.ed. Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1975. p.45-75.

\_\_\_\_\_. **La logica en las condenaciones de 1277**. In. Cuadernos Salmantinos de Filosofia. n. 4. Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1977, p. 17-40.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e referência. In: \_\_\_\_\_. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Clássicos 31). p. 129-158.

FREITAS, A. J. Gonçalves de. **Apontamento histórico: Pedro Hispano e o Tractatus**. Disputatio, nº 13, pp. 48-55, novembro, 2002. Disponível em: <<http://disputatio.com/articles/013-5.pdf>>, acesso em 29/03/2010.

GABAY, Dov M.; WOODS John. **Handbook of the History of Logic**. v 2. Mediaeval and Renaissance Logic. Amsterdam: North-Holland, 2008.

ISPANO, Pietro. **Trattato di lógica/ Summule logicales**. A cura di Augusto Ponzio. Milano: Bompiani, 2004 (Testi a Fronte).

KNEALE, William; KNEALE, Marta. **O Desenvolvimento da Lógica**. Trad. M.S. Lourenço. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

LIBERA, Alain De. **A Filosofia Medieval**. Trad. Nicolás N. Campanário; Yvone M.C.T. da Silva. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Filosofia Medieval**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MEIRINHOS, José Francisco. Pedro Hispano e a lógica. In. CALAFATE, Pedro (org.). **História do pensamento filosófico português**. vol. I. Idade Média. ed. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 331-375.

MEIRINHOS, José Francisco. **Avatares da antiga atribuição de obras a Pedro Hispano/João XXI**. Revista portuguesa de história do livro e da edição, ano XI, nº 23-2009, pp. 455-510. Disponível em: <[http://web.letras.up.pt/meirinhos/studia/Meirinhos\\_Avatares\\_1.pdf](http://web.letras.up.pt/meirinhos/studia/Meirinhos_Avatares_1.pdf)>, acesso em 30/09/2015.

MORUJÃO, Carlos. A Logica modernorum: lógica e filosofia da linguagem na escolástica dos séculos XIII e XIV. **Revista Filosófica de Coimbra** – n. 28, p. 301-322, 2006. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/a\\_logica\\_modernorum](http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/a_logica_modernorum)>, acesso em 10/05/2012.

PETER OF SPAIN. **Syncategoreumata**. First Critical Edition with an Introduction and Indexes by L.M. De Rijk, with an English Translation by Joke Spruyt. E.J. Brill: Leiden – New York – Köln, 1992. (Studien und Texte zur geistesgeschichte des Mittelalters, 30).

\_\_\_\_\_. **Tractatus, Called Afterwards Summulae Logicales**, First Critical Edition from the Manuscripts with an Introduction by L.M. de Rijk. Van Gorcum, Assen, 1972. (Philosophical Texts and Studies, 22)

PINGORG, Jan. **Logica e Semantica nel Medioevo**. Trad. Flavio Cuniberto. Torino: Boringhieri, 1984.

PONZIO, Augusto. Introduzione. In. ISPARO, Pietro. **Trattato di logica/ Summulae logicales**. A cura di Augusto Ponzio. Milano: Bompiani Testi a Fronte, 2004. p. V-XXIII.

PORFIRIO de Tiro. **Isagoge**: introdução às Categorias de Aristóteles. Trad. Bento Silva Santos. São Paulo: Attar, 2002.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário Latino-Português**. 12. ed. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2006.

SARANYANA, Josep-Ignasi. § 79. Pedro Hispano (ca. 1205/10-1277). In \_\_\_\_\_. **A Filosofia Medieval**: das origens patrísticas à escolástica barroca. Trad. Fernando Salles. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2006. p. 346-349.